

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA -  
CAMPUS CACOAL  
Departamento do Curso de Direito**

**A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE  
INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO**

**Priscilla Marinho Peixoto de Araújo**

**Cacoal/RO  
2007**

**PRISCILLA MARINHO PEIXOTO DE ARAÚJO**

**A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE  
INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora da Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de Cacoal, como exigência parcial para obtenção do Título de Bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Especialista Antônio Paulo dos Santos.

**Cacoal/RO**

**2007**

**PRISCILLA MARINHO PEIXOTO DE ARAÚJO**

**A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE  
INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO**

**AVALIADORES**

_____ Professor	_____ Nota
_____ Professor	_____ Nota
_____ Professor	_____ Nota
_____ Média	

**Cacoal/RO  
2007**

O presente trabalho é dedicado aos meus pais e irmãos que me apoiaram nesses cinco anos em que estive ausente para me dedicar ao curso de Direito.



Agradeço a Deus pela minha existência,  
pelas bênçãos e enorme proteção que tem  
me dado durante a minha vida;

Ao meu pai pelo seu exemplo de coragem  
e honestidade;

A minha mãe por ter me ensinado a amar  
o próximo em todos os aspectos;

Aos meus irmãos pelas brincadeiras e  
alegrias;

Ao meu namorado Elton pelo carinho,  
paciência e dedicação;

Aos meus amigos Daniele, Gustavo,  
Claúdia, Renata e Vanessa pela grande  
amizade construída nestes últimos cinco  
anos e também aos demais colegas,  
professores e funcionários desta  
Instituição que me “suportaram” por tanto  
tempo.

## **PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR**

A acadêmica **PRISCILLA MARINHO PEIXOTO DE ARAÚJO** desenvolveu o trabalho de conclusão de curso sobre o tema “A exclusão de responsabilidade penal do agente infiltrado pela participação no crime organizado”, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Campus de Cacoal-RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos fixados pelo Departamento de direito.

Dessarte, a acadêmica está apta para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal-RO, 06 de agosto de 2007.

**ANTÔNIO PAULO DOS SANTOS**

Professor orientador

## DECLARAÇÃO

Eu, **GUSTAVO APARECIDO DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Monteiro Lobato, n. 1185, Bairro Floresta, Cacoal – Ro., professor com habilitação em Letras, declaro para os devidos fins que realizei a correção ortográfica e gramatical do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC de Priscilla Marinho Peixoto de Araújo, intitulado **A EXCLUSAO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO**.

---

Gustavo Aparecido da Silva



## RESUMO

ARAUJO, Priscilla Marinho Peixoto de. A exclusão de responsabilidade penal do agente infiltrado pela participação no crime organizado, 100 folhas, cidade de Cacoal-RO, Trabalho de Conclusão de Curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal. 2007.

As organizações criminosas estão criando ramificações em proporções gigantescas, chegando a ser denominadas de “Estado Paralelo”. Foi por isso que o legislador criou no ano de 1995, a lei 9.034 como forma de combater e reprimir essa expansão. A lei do crime organizado (lei n. 9.034/95) que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas foi alterada pela lei 10.271 de 11 de abril de 2001, que inseriu a técnica de infiltração de agentes como forma de combater as ações dos grupos criminosos. A infiltração de agentes só poderá ser realizada mediante prévia autorização judicial, circunstanciada e sigilosa, fixando-se os limites da infiltração, sendo legitimados para postulá-la o Ministério Público e a autoridade policial. No entanto, a referida lei é omissa e precária com relação aos requisitos que devem ser impostos para o exercício de tais profissionais. Principalmente em relação a responsabilidade penal que deve ser atribuída aos agentes infiltrados em casos de crimes cometidos por estes no exercício da profissão. Então, tal responsabilidade não deve ser atribuída aos agentes, pois o que a lei não permite, também não proíbe. Essa questão será resolvida e questionada com base na teoria do delito que abrange o estudo da tipicidade, da antijuricidade e da culpabilidade como meios eficazes de defesa dos agentes. E ainda, o agente infiltrado poderá ter a sua responsabilidade penal excluída pelo estrito cumprimento do dever legal e pela inexigibilidade de conduta diversa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crime organizado. Agente infiltrado. Responsabilidade penal. Infiltração.

## **ABSTRACT**

ARAÚJO, Priscilla Marinho Peixoto de. The exclusion of penal responsibility of the agent infiltrated for the participation in the organized crimes, 100 sheets, city of Cacoal-RO, Monograph. Fundação Universidade Federal de Rondônia - Campus of Cacoal. 2007.

The criminals organizations are creating ramifications in gigantic ratios, they are being called of "Parallel State". It was therefore the legislator created in the year of 1995, the law 9.034 as form to fight and to restrain this expansion. The organized crime law (law n. 9.034/95), that dispose about the use of operational ways for the prevention and repression of actions practiced by criminals organizations was changed by law 10.271 of April 11<sup>th</sup>, 2001, that included the technique of infiltration of agents as form to fight the actions from criminals groups. The infiltrations of agents just may be done by means of previous judicial authorization, circumstantiated and secret, fixing the limits of infiltration, being legitimated for postulate it to the Ministry Public and the police authority. However, the mentioned law is omitted and precarious in relation to requisites that must be imposed for the exercises of these professions. Mainly in relation to penal responsibility that must be attributed to agents infiltrated in cases of crimes practiced by them in exercise of profession. Then, this responsibility must not be attributed to agents, because what the law does not allow, it does not prohibit either. This question will be solved and questioned based in the theory of the crime that includes the study about vagueness doctrine, and antilegality and culpability as ways efficient of agents defend. And still, the agents infiltrated will can have them penal responsibility excluded by strict resolution of the legal duty, by the unclaimable of diverse conduct.

**Key-words:** Organized crime. Agent infiltrated. Responsibility penal. Infiltration.

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2.CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CRIME ORGANIZADO.....</b>	<b>10</b>
2.1 ORIGEM E DESENVOLVIMENTO.....	10
2.2 CONCEITO.....	16
2.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS.....	20
2.4 ELEMENTOS.....	22
2.5 ATIVIDADES DE EXECUÇÃO.....	24
2.6 DISTINÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS TRANSNACIONAIS, MÉDIAS E PEQUENAS.....	25
2.7 GRUPOS DE FORÇA TAREFA.....	26
2.8 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	31
2.9 PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA MAIS FAMOSA DO BRASIL-PCC (PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL).....	37
 <b>3- AGENTES INFILTRADOS.....</b>	 <b>41</b>
3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS AGENTES INFILTRADOS.....	41
3.2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA INFILTRAÇÃO.....	44
3.3 AUTORIZAÇÃO JUDICIAL.....	45
3.4 PESSOA QUE PODE ATUAR COMO AGENTE INFILTRADO.....	46
3.5 LIMITES DESTA ATUAÇÃO E PRINCIPIO DA PROPORCIONALIDADE.....	46
3.6 SIGILO DAS OPERAÇÕES E O PERÍODO EM QUE O ESTADO DEVE PROTEGER O AGENTE APÓS A OPERAÇÃO DA INFILTRAÇÃO.....	50
3.7 AGENTE INFILTRADO/AGENTE PROVOCADOR.....	52
3.8 AGENTE INFILTRADO – TESTEMUNHA.....	52
3.9 VALOR DAS PROVAS.....	52

3.10 AÇÃO CONTROLADA.....	53
<b>4. AGENTES DE INTELIGÊNCIA.....</b>	<b>55</b>
4.1 NOÇÕES GERAIS.....	55
<b>5. ANÁLISE DO AGENTE INFILTRADO EM ALGUMAS LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS.....</b>	<b>60</b>
5.1 NA ALEMANHA.....	60
5.2 NA ITÁLIA.....	62
5.3 NOS ESTADOS UNIDOS.....	62
5.4 NA ESPANHA.....	63
<b>6. TEORIA DO DELITO.....</b>	<b>65</b>
6.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS.....	65
6.1.2 Conceito de crime no Brasil.....	69
6.2 CONDUTA PUNÍVEL.....	72
6.2.1 Teorias da ação.....	73
6.3 FASES DA EVOLUÇÃO DA TEORIA DO TIPO.....	76
6.4 NOÇÃO DE ANTIJURICIDADE.....	82
<b>7.A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO.....</b>	<b>85</b>
7.1 NOÇÕES GERAIS.....	85
7.2 CAUSA LEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE DO AGENTE INFILTRADO POR INEXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA.....	89
7.3 INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO CAUSA SUPRALEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	91
7.4 CAUSA DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE QUANDO O AGENTE INFILTRADO ATUA EM ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL.....	92
<b>8. CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>
<b>9. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>96</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>

## **1.INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar a origem, o desenvolvimento e as características da estrutura empresarial das organizações criminosas, demonstrando a divisão de tarefas entre os membros, bem como, os territórios dominados pelo grupo e as atividades de execução usadas como forma de obtenção de lucro e poder.

A Lei 9.034/95, que trata da prevenção contra e da repressão de ações perpetradas por organizações criminosas, foi alterada pela Lei 10.217/01, que introduziu a figura do agente infiltrado ou de inteligência como um dos mecanismos de repressão ao crime organizado. O estudo abrange as características da infiltração, os limites dessa atuação, a proteção que o Estado deve proporcionar aos agentes infiltrados, o sigilo das operações, as pessoas que devem atuar como agentes, a forma de autorização judicial e as diferenças existentes entre o agente infiltrado, agente provocador e o agente de inteligência.

No direito comparado, há a análise de legislações internacionais que tratam especificadamente do agente infiltrado e suas formas de atuação, como, por exemplo, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Espanha e na Itália.

Apesar da inovação trazida pela Lei 10.217/01 ao ordenamento jurídico, não houve bom senso do legislador em discriminar na referida lei a responsabilidade penal imputada aos agentes infiltrados em casos de condutas criminosas por eles

cometidas no exercício da profissão. Não houve nenhuma regulamentação legal para defendê-los, tampouco, para incriminá-los.

Portanto, serão demonstradas as causas de exclusão de responsabilidade penal dos agentes infiltrados com base na teoria do delito adotada por doutrinadores penalistas renomados como Damásio de Jesus, Rogério Greco, dentre outros.

A teoria do delito engloba o estudo das teorias desenvolvidas ao longo dos séculos em relação ao conceito da tipicidade, antijuricidade e culpabilidade. Chegando-se a uma melhor resposta para o grande problema da responsabilidade penal.

O agente infiltrado poderá ter a sua responsabilidade penal excluída pelo estrito cumprimento do dever legal e pela inexigibilidade de conduta diversa.

O método de pesquisa utilizado neste trabalho foi o dedutivo pois, partiu-se do estudo dos aspectos gerais do crime organizado e dos agentes infiltrados para logo em seguida, ser detalhado o aspecto particular da exclusão de responsabilidade penal dos referidos agentes.

## 2- CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CRIME ORGANIZADO

### 2.1. ORIGEM E DESENVOLVIMENTO

Sobre organizações criminosas, averba Eduardo Araújo da Silva<sup>1</sup>:

A raiz histórica é traço comum de algumas organizações, em especial as máfias italianas, a yakuza japonesa e as tríades chinesas que tiveram início no século XVI como movimentos de proteção contra arbitrariedades praticadas pelos poderosos do Estado, em relação às pessoas que geralmente residiam em localidades rurais, menos desenvolvidas e desamparadas de assistência dos serviços públicos. Para o crescimento de suas atividades, esses movimentos contaram com a conivência de autoridades corruptas das regiões onde ocorriam os movimentos político-sociais.

As tríades chinesas tiveram origem no ano de 1.644 como movimento popular para expulsar os invasores do Império Ming. Com a declaração de Hong Kong como colônia britânica em 1.842, seus membros migraram para essa colônia e posteriormente para Taiwan, onde não encontraram dificuldades para incentivar os camponeses para o cultivo da papoula e exploração de ópio. Em 1880, quando a Companhia Britânica das Índias Orientais decidiu engajar a população chinesa para a produção de ópio, até então trazido da Índia e pago com produtos chineses (chá, algodão e arroz), vinte milhões de chineses se dedicavam ao seu cultivo. Um século mais tarde, quando foi proibido o comércio de ópio de todas as suas formas, as tríades passaram a explorar solitariamente o controle do próspero mercado negro de heroína.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. **Crime Organizado. Procedimento probatório**. 1 ed. Atlas. São Paulo: 2003, p. 19.

<sup>2</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.* 2003, p. 20.

A organização criminosa Yakuza remonta aos tempos do Japão feudal do século XVIII e se desenvolveu nas sombras do Estado com a exploração de diversas atividades ilícitas (cassinos, prostíbulos, turismo pornográfico, tráfico de mulheres, drogas e armas, lavagem de dinheiro e usura) e também legalizadas (casas noturnas, agências de teatros, cinemas e publicidade, eventos esportivos), com a finalidade de dar publicidade às suas iniciativas. Com o desenvolvimento industrial do Japão durante o século XX, seus membros também passaram a dedicar-se à prática das chamadas “chantagens corporativas”, o que se deu pela atuação dos sokaiya (chantagistas profissionais), que, após adquirirem ações de empresas, exigiam lucros exorbitantes sob pena de revelarem os segredos aos concorrentes.<sup>3</sup>

Na Itália, a organização conhecida modernamente como Máfia teve início como movimento de resistência contra o rei de Nápoles, que em 1.812 baixou um decreto que abalou a secular estrutura agrária da Sicília, reduzindo os privilégios feudais e limitando os poderes dos príncipes, por isso, estes passaram a constituir associações secretas denominadas máfias. Em 1865, com o desaparecimento da realeza e a unificação forçada da Itália, esses homens passaram a oferecer resistência às forças invasoras, na luta pela independência da região, o que lhes possibilitou angariar a simpatia popular pela atitude patriótica. A partir da segunda metade do século XX, seus membros passaram a dedicar-se a prática de atividades criminosas<sup>4</sup>.

A primeira notícia de ocorrência do terrorismo foi em 1.855, quando militantes anarquistas franceses realizaram um atentado violento contra Napoleão III, refugiando-se posteriormente na Bélgica, cujos governantes se recusaram a extraditá-los, fato que motivou o desenvolvimento legislativo a respeito do tema, culminando com a Lei Francesa de 28 de julho de 1894. Após um longo período sem essas manifestações violentas, em 1.960 novas ações violentas foram praticadas por grupos extremistas, que tinham como alvo não mais o Poder Público, mas a população civil. O primeiro ataque nesse sentido ocorreu no dia 30 de março de

---

<sup>3</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*, p. 20.

<sup>4</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*, p. 20.



1.972 e foi praticado por terroristas japoneses do exército vermelho no aeroporto israelense de Lod<sup>5</sup>.

Em alguns países do Oriente Médio e em parte do continente africano, o crescimento de movimentos islâmicos extremados ocasionou o aparecimento de diversas organizações criminosas terroristas nas últimas décadas, com finalidades distintas que variam desde a luta pela criação de Estados Islâmicos independentes (Turquia, Argélia, Sri Lanka e Egito), até a indiscriminada rejeição da influência ocidental e da interferência dos Estados Unidos no mundo islâmico. Tais movimentos contribuíram para o recrudescimento do terrorismo em todo o mundo a partir do ano de 1.973, culminando com os ataques ocorridos – nos Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2.001 – contra as torres gêmeas do *World Trade Center*, contra o Pentágono, e com o seqüestro de um avião de passageiros, eventos que vitimaram 3.025 civis<sup>6</sup>.

Na Rússia, a organização criminosa mais tradicional e misteriosa (*Vor v zakone*) iniciou suas atividades na última década do século XIX, ainda na época czarista, nos campos da Sibéria, dedicando-se à prática de diversos crimes (extorsão, tráfico de mulheres, corrupção, desvio de dinheiro público, roubos). Com a revolução bolchevista, o cartel foi considerado contra-revolucionário e seus membros passaram a ser punidos com a morte. Em 1.953, com a morte de Stalin, esse tratamento foi abrandado, o que possibilitou a formação de diversos grupos especializados na corrupção estatal e na exploração do mercado negro.<sup>7</sup>

Os grupos mafiosos originários da extinta União Soviética, além de contarem com um alto grau de aceitação nas comunidades locais, são formados por diversos segmentos da população russa: antigos militares que estão na miséria e, por isso, se transformam em assassinos profissionais; jovens empresários sem escrúpulos para conquistarem o mercado; antigos generais, funcionários graduados e policiais de carreira que, ante os processos de privatização, optaram pela dedicação ao

---

<sup>5</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*, p. 21.

<sup>6</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.* p. 22.

<sup>7</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.* p. 23.

crime. Atualmente, estima-se que aproximadamente 4.000 grupos atuem no território russo e no continente europeu.

Nos Estados Unidos, a criminalidade organizada nasceu no final da década de 20, em razão da proibição irrestrita da comercialização de álcool, o que determinou a dedicação de alguns grupos (gângues), de forma organizada e estável, ao contrabando da bebida, mediante corrupção das autoridades e chantagens a empresários. O crescimento da atividade ilícita determinou disputas pelo controle desse comércio clandestino, ensejando lutas violentas entre os rivais. Com o passar dos anos, os referidos grupos passaram a dominar outras atividades proibidas pelo Estado, como o jogo e a prostituição. Após o desenvolvimento econômico norte-americano, verificado a partir da Segunda Guerra Mundial, mais nítida ficou a influência dessas atividades no poder político e econômico. A migração de algumas famílias da *Cosa Nostra* para o território norte-americano, sobretudo na década de 1.960, ensejou a criação da máfia ítalo-americana, passando esse grupo a atuar em diversas frentes, inclusive no tráfico de entorpecentes<sup>8</sup>.

Na América do Sul, o cultivo e a exploração de cocaína remontam ao século XVI, época em que os colonizadores espanhóis monopolizavam o seu comércio em regiões do Peru e da Bolívia. Posteriormente, agricultores locais dominaram o cultivo da planta e sua transformação em pasta para o refinamento da cocaína, expandindo suas atividades para a Colômbia. A comercialização ilegal dessa substância excitante para os Estados Unidos e para a Europa passou a ser comandada por diversos grupos organizados da região, que deram origem aos poderosos e violentos cartéis de narcotráfico, sediados principalmente nas cidades colombianas de Cali e Medellín, os quais hoje também se dedicam ao cultivo e à comercialização do ópio. Atualmente, calcula-se que metade da economia nacional desse país, direta ou indiretamente, seja gerenciada por narcotraficantes<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> A *Cosa Nostra* da Sicília considerada a organização mais poderosa do sul da Itália, agrupa cerca de 180 clãs, 5.550 homens de honra e 3.500 soldados filiados (DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*p. 23).

<sup>9</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*p. 24.

No Brasil, a organização criminosa teve início com o cangaço, que atuou no sertão nordestino entre o final do século XIX e o começo do século XX. Os cangaceiros tinham uma organização hierárquica e dedicavam-se a saquear vilas, fazendas e pequenas cidades, a extorquir dinheiro mediante ameaça de ataque e pilhagem e seqüestro de pessoas importantes e influentes para depois exigir resgates. Eles se relacionavam com fazendeiros e chefes políticos influentes e contavam com a colaboração de policiais corruptos que lhes forneciam armas e munições.

Mas foi a contravenção do “jogo do bicho” (sorteio de prêmios a apostadores, mediante recolhimento de apostas) a primeira infração penal organizada no Brasil. Quem criou esse jogo foi Barão de Drumond, no limiar do século XX, para arrecadar dinheiro com a finalidade de salvar os animais do Jardim zoológico do Estado do Rio de Janeiro. Depois, grupos organizados patrocinaram o jogo mediante a corrupção de policiais e políticos. Os praticantes dessa contravenção movimentaram cerca de US\$ 500.000 por dia em apostas na década de 1.980, sendo que de 4% a 10% desse total eram destinados aos banqueiros.

Nas décadas de 1.970 e 1.980, surgiram nas penitenciárias do Rio de Janeiro várias organizações criminosas, dentre elas: a “Falange Vermelha”, formada por chefes de quadrilhas especializadas em roubos a banco, que nasceu no Presídio de Ilha Grande; o “Comando Vermelho”, comandado por líderes do tráfico de entorpecentes, que surgiu no presídio Bangu I; o “Terceiro Comando”, uma dissidência do Comando Vermelho, que surgiu em 1.988 no mesmo presídio – os dissidentes não concordavam com a prática de seqüestros e de crimes comuns nas áreas de atuação da organização. E no Estado de São Paulo, surgiu na década de 1.990 a organização criminosa “PCC – Primeiro Comando da Capital”.

As áreas de atuação mais lucrativas das organizações criminosas são: o tráfico de animais silvestres para colecionadores, pesquisas biológicas clandestinas, vendas em *pet shops* e o comércio irregular de madeiras nobres da região amazônica e da mata atlântica, em especial o mogno, extraído nos Estados do Pará e da Bahia.

De acordo com a organização não governamental Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS), em 2001 foram apreendidos 6.500 pássaros, 1.048 tartarugas, 136 répteis e 76 mamíferos. Com o apoio da Embaixada dos Estados Unidos, a entidade identificou 4.892 anúncios de compra, venda e troca de animais silvestres de origem brasileira na Internet em 1.999. Estima-se que de cada dez animais, apenas um chega vivo ao ponto de venda. O tráfico abastece casas e feiras de animais, fábricas de artesanato, colecionadores e laboratórios farmacêuticos.<sup>10</sup>

Segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados Federais, denominada “CPI da Biopirataria”, divulgado em 31 de janeiro de 2.003, esse comércio ilegal movimentava cerca de US\$ 1 bilhão por ano no País, razão pela qual é considerada a terceira maior geração de renda ilegal, atrás apenas do tráfico de entorpecentes e de armas.<sup>11</sup>

No cenário brasileiro, ainda aparece outro tipo de organização criminosa, que age sem violência e longe das vistas da população. É o famoso crime organizado político – em que há desvios de grandes quantias em dinheiro dos cofres públicos para contas particulares abertas em paraísos fiscais localizados no exterior, envolvendo os três poderes do Estado (Legislativo, Executivo e Judiciário) –, do qual resultaram, por exemplo, a cassação de um Presidente da República, em 1992 e a renúncia de alguns deputados da Câmara Federal que manipulavam verbas públicas, conhecidos como “anões do orçamento”.<sup>12</sup>

## 2.2 CONCEITO

---

<sup>10</sup> O tráfico de animais silvestres. Relatório Renctas. Acesso em 10.06.07. Disponível em [http://www.renctas.org.br/pt/trafico/rel\\_renctas.asp](http://www.renctas.org.br/pt/trafico/rel_renctas.asp).

<sup>11</sup> Relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no ano de 2003. Acesso em 10.06.07. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/relatorios/RelatAtiv2003.html/?searchterm=CPI%20da%20Biopirataria>

<sup>12</sup> Relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no ano de 2003. Acesso em 10.06.07. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/relatorios/RelatAtiv2003.html/?searchterm=CPI%20da%20Biopirataria>

Organização é a associação ou instituição com objetivos definidos<sup>13</sup>. Para Marcelo Batlouni Mendroni<sup>14</sup>, organização criminosa é um organismo ou empresa que tem como objetivo a prática de crimes, ou seja, a prática de atividades ilegais. É, portanto, “empresa” voltada à prática de crimes.

A lei do crime organizado (Lei 9.034/95) não deixou bem claro em norma penal explicativa o que vem a ser organização criminosa, simplesmente não a definiu. O legislador equiparou, para os mesmos fins, a expressão quadrilha ou bando à associação criminosa de qualquer tipo. Vejamos o que diz o artigo 1º da referida lei:

Artigo 1.º: Esta lei define e regula meios de prova e procedimentos investigatórios que versem sobre ilícitos decorrentes de ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo. (Redação dada ao artigo pela Lei 10.217, de 11.04.2001).

Há que se ressaltar que a prática do crime organizado não se dá com dois agentes apenas. Com efeito, esse “empreendimento” é realizado com a participação de um número maior de adeptos. No entanto, o art. 1.º dessa lei nada menciona a esse respeito, abrindo espaço para a generalização ao dispor sobre associação criminosa de qualquer tipo.

Não há definição para o crime organizado por seus elementos essenciais. O legislador não arrolou as condutas que constituiriam a criminalidade organizada, procurou apenas equipará-las às ações resultantes de quadrilha ou bando.

Segundo Eduardo Araújo da Silva<sup>15</sup>, o legislador, ao limitar a definição de organização criminosa, equiparou o tratamento de quadrilhas que praticam pequenos ou médios crimes (furto e receptação de toca-fitas, roubo e receptação de relógios) a grandes organizações que se dedicam ao crime organizado (tráfico ilícito de entorpecentes e de armas, grandes fraudes fiscais), em frontal contradição com a

<sup>13</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

<sup>14</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado. Aspectos Gerais e Mecanismos Legais**. 2 ed. Jurídico Atlas, São Paulo, 2007, p. 06.

<sup>15</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. **Crime Organizado. Procedimento probatório**. 1 ed. Atlas. São Paulo: 2003, p. 38/39.

tendência contemporânea de separar as diversas modalidades de crimes. E, por outro lado, esse critério restringiu a aplicação do conceito de crime organizado em relação a determinados casos, nos quais os delitos praticados por pessoas desvinculadas de bandos ou quadrilhas possam configurar-se como “crime organizado”, comprometendo-se assim a punibilidade desses indivíduos.

Portanto, constata-se que a Lei 9.034/95 não definiu um conceito para crime organizado, deixando tal atribuição para a doutrina.

Marcelo B. Mendroni<sup>16</sup> declarou que houve diversas tentativas no mundo inteiro para tentar definir um conceito para o crime organizado, dentre elas:

Para os Criminologistas,

Crime organizado é qualquer ato cometido por pessoas ocupadas em estabelecer a divisão de trabalho: uma posição designada por delegação para praticar crimes que como divisão de tarefa também inclui, em última análise, uma posição para corruptor, uma para corrompido e uma para um mandante.

Para a *Federal Bureau of Investigation* – FBI, crime organizado é:

Qualquer grupo tendo algum tipo de estrutura formalizada cujo objetivo primário é a obtenção de dinheiro através de atividades ilegais. Tais grupos mantêm suas posições através do uso de violência, corrupção, fraude ou extorsões, e geralmente têm significativo impacto sobre os locais e regiões do País onde atuam.

Para a Organização das Nações Unidas – ONU, é a

Organização de grupos visando à prática de atividades econômicas; laços hierárquicos ou relações pessoais que permitem que certos indivíduos dirijam o grupo; o recurso à violência, à intimidação e à corrupção; e à lavagem de lucros ilícitos.

Pela Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, se tem-se a seguinte definição:

---

<sup>16</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado. Aspectos Gerais e Mecanismos Legais**. 2 ed. Jurídico Atlas, São Paulo: 2007, p. 08.

Grupo criminoso organizado – grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.

Para Guaracy Mingardi<sup>17</sup>, crime organizado é o grupo de pessoas, voltadas para atividades ilícitas e clandestinas, que possui uma hierarquia própria e capaz de planejamento empresarial, que compreende a divisão do trabalho e o planejamento dos lucros. Suas atividades se baseiam no uso da violência e da intimidação, tendo como fonte de lucros a venda de mercadorias ou serviços ilícitos, no que é protegido por setores do Estado. Tem como características distintas de qualquer outro grupo criminoso um sistema de clientela, a imposição da lei do silêncio aos membros ou pessoas próximas e o controle pela força de determinada porção de território.

Há várias definições para o crime organizado, mas não existe um conceito geral mundial, e sim, conceitos restritos para esta ou aquela infração cometida pelas organizações criminosas.

As organizações criminosas têm incrível poder variante, ou seja, grande facilidade de expandir suas técnicas ilícitas, pois buscam atividades mais lucrativas tentando escapar sempre da persecução criminal.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>18</sup>, o Estado de New York é um dos mais assolados pela Criminalidade Organizada, pois quando Patrick J. Ryan, autor norte-americano, escreveu, em 1986, o livro “Ato de Controle ao Crime Organizado”, considerou que, por causa da sua imensa diversidade de natureza, torna impossível precisar o que é organização criminosa.

Essas definições foram escritas em razão das necessidades do Estado porque a realidade da criminalidade varia entre os espaços territoriais e velozmente com o decurso do tempo. As organizações criminosas situam-se em locais onde encontram circunstâncias favoráveis; então, cada país e cada região suportam

---

<sup>17</sup> *Apud* - MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 9.

<sup>18</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado. Aspectos Gerais e Mecanismos Legais.** 2 ed. Jurídico Atlas, São Paulo: 2007, p. 09.

realidade criminológica diferente, em razão das distintas realidades sociais, políticas e econômicas.

Não há como definir um conceito genérico para as associações criminosas. No Brasil, por exemplo, existem diversas organizações criminosas com distintos *modus operandi* conforme a deficiência estatal da região que adotem para operar.

Para Marcelo B. Mendroni<sup>19</sup>, eventual definição que incorpore a legislação penal vigente fará restringir os dispositivos processuais que lhe possam ser aplicados, caso a sua tipificação se torne difícil. No exemplo de criação de uma nova espécie de organização criminosa, deixará para trás a definição estampada na lei penal e impedirá a aplicação de dispositivos processuais eficientes para o seu combate. Caso contrário, de ser o tipo penal muito aberto, ocorrerá o contrário, a possível tipificação de qualquer bando que se disponha a praticar crimes – mesmo sem organização que, por princípio, lhe deva ser inerente. Então, melhor será a investigação de crimes que pratique a organização criminosa, sem previsão de punição pela mera associação criminosa – tal como acontece com a quadrilha ou bando.

## 2.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

No mundo, existem diversas espécies de organizações criminosas e cada uma possui características próprias, amoldadas às próprias necessidades que encontram no âmbito territorial em que atuam. Mas o que realmente influi no

---

<sup>19</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.*, 2007 p. 10.



delineamento dessas características são as condições políticas, territoriais, econômicas, sociais e policiais de cada país.

Entretanto, algumas características podem ser destacadas como essenciais e servem para distinguir os vários tipos de organizações existentes. As principais características são: acumulação de poder econômico, legalização dos lucros obtidos ilicitamente, alto poder de intimidação e conexões locais e internacionais.

O ponto mais característico da organização criminosa é a acumulação de poder econômico de seus integrantes, que chegam a auferir lucros extraordinários. Segundo. Estima-se que o mercado envolvendo todas as modalidades de criminalidade organizada seja responsável por mais de ¼ do dinheiro em circulação em todo o mundo. Pesquisa realizada pelos jornais *The Los Angeles Times* e *O Estado de São Paulo* revelou que as organizações transnacionais movimentam anualmente cerca de UR\$ 850 bilhões.<sup>20</sup>

As facções criminosas têm como objetivo legalizar o lucro obtido ilicitamente, utilizando-se das mais variadas formas de lavagem de dinheiro. Isso ocorre porque há vários países que não fiscalizam a origem de depósitos nas Instituições Financeiras de seus territórios, denominados “paraísos fiscais”, tais como: Panamá, Ilhas Cayman, Uruguai, Ilhas Virgens Britânicas, entre outros.

Outra característica importante é o alto poder de intimidação que o crime organizado possui, pois impõe aos seus membros e a outras pessoas estranhas a tão famosa “lei do silêncio”, ou seja, utilizam todos os meios de violência e chantagens contra aqueles que ousam violar os dogmas secretos do grupo criminoso.

As organizações criminosas realizam conexões nacionais e internacionais como forma de expandir o seu mercado ilícito. Com a globalização, os grupos criminosos aproveitam-se da integração internacional para operarem paralelamente em suas transações.

---

<sup>20</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.*, p.28.

O crime organizado tem um grande poder de corrupção direcionada a várias autoridades dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Para Marcelo. B. Mendroni<sup>21</sup>, organização criminosa tradicional pode ser concebida como um organismo ou empresa, cujo objetivo seja a prática de crimes de qualquer natureza, ou seja, a sua existência sempre se justifica enquanto estiver voltada para a prática de atividades ilegais. É, portanto, empresa voltada para a prática de crimes.

As organizações criminosas evoluem numa velocidade muito maior do que a capacidade da justiça de percebê-las, analisá-las e combatê-las.

A justiça terá que sempre buscar soluções legais para combater a criminalidade organizada, sem deixar de observar os direitos e garantias individuais, pois nos dias atuais o crime organizado está substituindo o Estado. Diante da ausência ou da má prestação de um serviço público oferecido pelo Estado democraticamente constituído, surge o assim denominado “*Estado paralelo*”, que passa a controlar e executar tais serviços.

Para se passar por um “Estado paralelo”, a organização criminosa dispõe de comando próprio, gerência ou administração e execução, infiltrando-se nas veias estatais e estabelecendo com o Estado uma disputa, como se fosse concorrência em um negócio, mas atuando contrariamente a lei, praticando infrações penais necessárias ao seu sucesso.

---

<sup>21</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 11.

## 2.4 ELEMENTOS

As organizações criminosas se estruturam da seguinte forma: chefes, gerentes e aviões.

Os chefes geralmente são as pessoas que ocupam cargos públicos importantes e possuem muito dinheiro. Os subchefes transmitem as ordens da chefia para os gerentes ou tomam decisões na ausência destes. Comandam as ações através dos “*testas-de-ferro*” ou “*laranjas*”.

Os gerentes são pessoas de confiança do chefe com capacidade de comando, recebem as ordens da cúpula e as repassam aos “aviões”, servem como “*testas-de-ferro*” ou “*laranjas*”, realizam as transações e abrem empresas utilizando-se do próprio nome.

Os “aviões” são especializados em algum tipo de função de execução e são chamados de “trutas”. Eles se qualificam conforme a atividade ilícita desempenhada pela organização criminosa, pois podem ser especialistas em roubos, furtos, tráfico ilícito de entorpecentes, dentre outros.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>22</sup>, as tarefas de cada atividade criminosa se subdividem em:

- a) Tráfico ilícito de entorpecentes: aquisição da droga, mistura, revenda, distribuição;
- b) Roubo de veículos: subtração, desmanche, revenda;
- c) Receptação de armas: obtenção de informações, abordagem/subtração, revenda;

---

<sup>22</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 15.

- d) Roubo de cargas: obtenção de informação privilegiada, falsificação de documento, monitoramento, subtração, revenda de carga, dentre outros.

Para que algum membro possa adentrar em um grupo criminoso, é preciso demonstrar qualificação especial em prática de delitos, além de obedecer a regras, seguir ordens e manter segredos. A organização tem viabilidade de ser perpetuada quando conta com mais pessoas desejando nela se incorporar do que, ela, procurando pessoas.

Os membros que são escolhidos submetem-se a testes de habilidades, de raça (etnia), são indicados por outros membros e outras considerações.

Segundo Marcelo Mendroni<sup>23</sup>, os membros da organização criminosa mais famosa da Itália, “Cosa Nostra”, indicam amigos conhecidos para suplementar o clã, que são chamados de *comparaggio* e fornecem importante contribuição para os objetivos da organização.

A organização criminosa amplamente desenvolvida necessita do auxílio dos agentes públicos para facilitar sua rede de negócios. No Brasil, há várias formas de se utilizar o dinheiro público de forma clandestina, dentre elas: fraudes em licitações, permissões e concessões públicas, superfaturamento de obras e serviços, alvarás, falsificações, entre outros.

Para Marcelo B. Mendroni<sup>24</sup>, uma organização criminosa para ser bem estabelecida, isto é, para ter bases sólidas, necessita manter um domínio territorial, considerado o seu QG (quartel general). Isso não impede que na medida do seu crescimento venha aventurar-se em territórios neutros, sem domínio de qualquer outra organização ou até em territórios de domínios de outras, o que certamente acarretará conflitos em vários níveis, desde o conflito político até o conflito armado. As máfias italianas costumam alinhar atuações com divisões de tarefas criminais

---

<sup>23</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 16.

<sup>24</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 17.

previamente estabelecidas em seus territórios, permitindo assim a atuação de outra máfia desde que lhe revertam na obtenção de vantagens e desde que não haja qualquer espécie de traição, o que certamente causaria confronto.

## 2.5 ATIVIDADES DE EXECUÇÃO

Vários são os tipos de atividades ilícitas, dentre elas: tráfico de entorpecentes, roubo de cargas e de carros, desmanche, fraudes, falsificações, extorsão, ameaça, concussão, corrupção, receptação de mercadorias roubadas, de armas, dentre outras.

As organizações criminosas não dependem apenas de uma atividade ilícita, pois se ocorrer qualquer atuação da polícia ou da justiça que dificulte ou impeça o seu prosseguimento imediato, elas terão a paralisação das atividades e conseqüentemente o fim da obtenção do dinheiro sujo.

Portanto, como forma de garantir a perpetuação, as organizações criminosas buscam diversificar vários tipos de atividades ilícitas numa verdadeira “empresa criminosa”.

Para que as organizações tenham sucesso, necessitam lavar o dinheiro sujo. Dessa forma, uma das técnicas utilizadas por elas é a mistura dos recursos de origem lícita com os recursos das atividades ilícitas, denominada “mescla”.

Geralmente, os criminosos misturam as seguintes atividades: a) bares com tráficos de entorpecentes; b) lojas de carros, roubo e receptação de veículos; c) escritório de administração de negócios de empresas com usura, etc.

Em uma organização bem estruturada, o uso da violência é utilizado como último recurso, precedendo-lhe as ameaças e as corrupções.

A violência só é aceitável quando um objetivo precisa ser alcançado, sendo a ordem determinada pelo chefe da organização. Esta ordem é especificada em relação à pessoa que deva cumpri-la e contra quem deve ser executada a violência e a maneira de execução.

## 2.6 DISTINÇÃO ENTRE AS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS TRANSNACIONAIS, MÉDIAS E PEQUENAS

Segundo Marcelo B. Mendoni<sup>25</sup>, as grandes organizações criminosas são as máfias italianas (“Cosa Nostra”, “Camorra”, “Ndrangheta”, “Sagrada Coroa Unida”), famílias italianas nos EUA, “Yakuza”, máfias russas, tríades chinesas, cartéis colombianos, máfias nigerianas, dentre outras. Elas concentram suas atividades nas grandes cidades, principalmente nos centros financeiros.

As organizações médias são intermunicipais ou interestaduais. Esses tipos de grupos atuam como defensores dos pobres e oprimidos pela polícia e com eles dividem um pouco do produto do crime. Propagandeiam a repulsa à polícia e vivem próximo das pessoas, nas quais pretendem embutir raiva dos organismos estatais.

Já as pequenas delimitam-se em territórios de uma cidade. E praticam geralmente assaltos e tráficos de entorpecentes.

---

<sup>25</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 19.

## 2.7 GRUPOS DE FORÇA-TAREFA

Para Marcelo B. Mendroni<sup>26</sup>, esses grupos são concebidos sob a ideologia da mútua cooperação entre os diversos órgãos de persecução, detentores de atribuições variadas para a atuação na área penal; reúnem-se e passam a trabalhar em conjunto, com unidade de atuação e de esforços, com direcionamento para a investigação, análise e iniciativa de medidas coercitivas voltadas para o desmantelamento das estruturas criminosas, utilizando-se dos mais variados instrumentos de investigação e mecanismos legais. São considerados, pelos agentes norte-americanos, o melhor sistema para o efetivo combate às organizações criminosas.

As forças-tarefas lutam contra a criminalidade mediante um esforço concentrado e harmonioso entre vários órgãos, sendo formadas para atuarem em face de uma determinada situação de crise localizada em decorrência da instalação de grupos criminosos operantes que abalem sobremaneira a ordem pública local ou territorial.

Quando em alguma região se constata um problema grave e de difícil solução de combate à criminalidade, basta que vários órgãos se reúnam em grupos de trabalho (grupos de forças-tarefas) com diretrizes preestabelecidas e organizadas para atuarem na persecução criminal de forma a combatê-la.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>27</sup>, nos Estados Unidos, normalmente integram os grupos de forças-tarefa todas as polícias com atribuições locais e as agências federais: a) polícias municipais; b) polícias dos condados; c) polícias estaduais; e d) agências federais, como FBI, DEA, US-Customs, US- Marshals, IRS etc.

Para a formação de um grupo de força-tarefa, exige-se um contrato escrito entre os chefes dos órgãos, com duração de tempo limitado, devendo perdurar até

---

<sup>26</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 21.

<sup>27</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 21.

que a situação da crise seja considerada superada, a ponto de ser combatida por meios normais de persecução criminal. Nesse contrato, os chefes de cada órgão prestam o compromisso de participar com esforços humanos, materiais e equipamentos disponíveis, participando das informações que por acaso detenham a respeito de algum grupo criminoso.

Cada órgão que participa da força-tarefa deve colaborar com a estrutura que puder dispor, entregando agentes especializados em investigações criminais, veículos, equipamentos de informática modernos, microcâmeras, armas e outros meios que possam servir de combate ao crime organizado.

Há também aqueles grupos de forças-tarefas que se reúnem informalmente, ou seja, não elaboram nenhum tipo de contrato escrito. Unem-se, por exemplo, em verdadeiro esforço coletivo os seguintes órgãos: Ministérios Públicos, Polícias, Secretaria da Fazenda, da Receita Federal, do INSS, da Procuradoria do Município, dentre outros. Eles se reúnem de forma a traçar diretrizes, estratégias para combater o crime e se comunicar de forma constante até conseguirem algum sucesso.

Os integrantes do grupo de força-tarefa devem trabalhar em conjunto para a perseguição do mesmo objetivo, não se admitindo entre eles disputas que coloquem em risco as investigações. Para se evitar isto, é aconselhável que o Promotor de Justiça tome a frente para a atuação na direção da coleta de provas.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>28</sup>, a estrutura básica da força-tarefa pode ser assim disposta:

- a) Instalação nas dependências do grupo de computadores interligados em rede com os mais diversos órgãos públicos, como Fazenda Estadual, Receita Federal, Banco Central, Polícias Federal, Civil e Militar, Detran , Cias. telefônicas, Tribunal de Justiça etc.;

---

<sup>28</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 25.



- b) Aquisição de equipamentos modernos para a investigação dos polícias próprios do grupo. O grupo deve contar com um amplo material de apoio e de investigação, de última geração, e trabalhar em conjunto, mas sob a orientação de uma coordenadoria;
- c) Criação (aluguel) de local – de preferência neutro – nos moldes do sistema norte-americano, proporcionando o trabalho, em um mesmo local, de todos os seus integrantes. Deve haver instalações disponíveis para que todos possam desempenhar as suas funções burocráticas, manter arquivos, documentos, computadores etc.

Deve-se utilizar para as reuniões da força-tarefa um local neutro, ou seja, um lugar que não pertença nem às Polícias, nem às Fazendas e nem ao Ministério Público para que se viabilize entre os integrantes um sentimento de que todos façam parte de um grupo criado sem personalidade definida. Isso deve ocorrer para que todos se sintam iguais. Mas todos os integrantes devem ter poder de disponibilização das informações em seus órgãos de origem para viabilizar uma atuação rápida e concentrada contra os objetos da investigação.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>29</sup>, o sistema operacional do grupo de força-tarefa deve ter a seguinte estrutura:

- a) “Centro de processamento” e análise de informações;
- b) Assessoria de imprensa;
- c) Um subescritório de advogados, contratados, terceirizados, para a defesa do grupo em toda e qualquer causa jurídica extra-

---

<sup>29</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 26.

apuração dos fatos relativos à investigação da organização criminosa.

E ainda, para completar esse sistema operacional do grupo de força-tarefa, deve existir a união das forças do Estado, predeterminadas com o objetivo definido e concentrado para combater as “empresas criminosas” com a participação dos seguintes órgãos:

- d) Ministérios Públicos (Estadual e Federal): âmbito de coordenação das investigações e providências jurídicas (quando participar da força-tarefa, devem assumir a sua liderança, porque se constituem no elemento de ligação entre a investigação e o processamento);
- e) Polícias Federal, Estadual e Militar: operacionalização de tarefas das chamadas investigações de campo;
- f) Setor de inteligência: com pessoal especializado em recebimento, ordenação e sistematização, cruzamento e análise de dados, contendo especialistas em diversas áreas, como computação, contabilidade, telefonia e comunicação em geral;
- g) Secretaria da Fazenda, Receita Federal e INSS: obtenção de dados e fiscalização dos impostos: pessoas físicas e jurídicas ligadas ao crime organizado;
- h) Auxílio de procuradores e agentes do Banco Central, para centralização e apuração dos movimentos bancários.

Para Marcelo B. Mendroni<sup>30</sup>, os promotores de justiça devem traçar uma estratégia de atuação desde o início das investigações preliminares. Devem acompanhar o processo da seguinte forma: a) investigação de campo: determinar os

---

<sup>30</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 27/28.

integrantes que fazem parte da chefia da organização criminosa (chefes, subchefes e gerentes); coletar as informações a respeito das áreas de atuação (ramificações); identificar os bens dos integrantes da chefia e de seus “testas-de-ferro”, também chamados de “laranjas”. Essa atuação é destinada aos agentes policiais que são treinados para essa tarefa; b) obtenção de informações ou documentação referentes a dados pessoais dos integrantes da chefia da organização criminosa, dos negócios (normalmente em nome dos “testas-de-ferro”), depoimentos por escrito, gravações, fotografias, interceptações telefônicas e filmagens e obtenção de todos os documentos possíveis que se relacionem, como declarações de imposto de renda, dados da secretaria da Fazenda, contas de telefone, de luz, água, contas bancárias e cruzamento de dados.

Depois das coletas de provas e informações, o Ministério Público, por intermédio do promotor de justiça, deve estudá-las e definir pontos estratégicos de ataque jurídico para, então, movimentar a máquina do Estado de forma concentrada e concomitante. Inicia-se então a atividade jurídica com a quebra de sigilo bancário, fiscal, escutas telefônicas, dentre outros mecanismos.

Esses ataques estratégicos devem ser concentrados nos atos dos chefes e gerentes da organização criminosa em relação aos seus bens, dinheiro e crimes mais graves que lhes possam ser imputados.

Para que essa estratégia de combate seja um sucesso, é imprescindível o sigilo nas investigações, pois, se os fatos forem divulgados ao público, as pessoas suspeitas de participarem da organização criminosa não medirão esforços em dificultar a coleta de dados para as investigações. O vazamento de informações sigilosas causa prejuízos irreparáveis à investigação, devendo ser tomadas medidas rígidas para o seu impedimento.

## 2.8 – PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

O negócio mais rentável para as organizações criminosas é o tráfico de drogas, em razão da grande liberdade de comercialização que há, pois os mafiosos vendem ou trocam a substância por bens roubados.

As máfias russas, italianas, as tríades chinesas, nigerianas, bem como os antigos cartéis colombianos (de Cáli e Medellín) comercializam substâncias entorpecentes.

A grande produção de droga está na Colômbia, Bolívia e alguns países orientais. Nesses países, a substância entorpecente tem um valor irrisório (muito abaixo do preço de mercado), então, aproveitando-se disso, várias organizações criminosas trocam o referido material por armas, veículos e outros produtos, tornando-se um negócio bastante lucrativo.

Com a venda da droga, o crime organizado utiliza-se do dinheiro adquirido em investimentos próprios.

É a prática mais comum existente nas organizações criminosas. Os bandidos, aproveitando-se do medo e do desespero das vítimas, as ameaçam geralmente por intermédio de um telefone com ações de seqüestros e assassinatos a seus familiares, pedindo em troca dinheiro ou outro tipo de vantagem ilícita.

As extorsões tiveram fama com os integrantes do Comando Vermelho (CV) do Estado do Rio de Janeiro e do Primeiro Comando da Capital (PCC) do Estado de São Paulo, nascidos em penitenciárias. Essas organizações praticam extorsões de dentro dos presídios por meio de telefones celulares, com considerável sucesso de lucro à custa do temor das vítimas.

No ramo internacional, a organização criminosa famosa em extorsões é a Banda Terrorista ETA, do País Basco (Espanha), que pratica as chamadas “vendas

de proteção”, ou seja, ameaçam empresários, exigindo-lhes o pagamento mensal de determinado valor, sob a chantagem de agir violentamente contra seus amigos e parentes.

As organizações criminosas precisam de armas para utilizar como meio de ataque em suas ameaças e ações de violência, para se defenderem da polícia e de outros grupos rivais. Fazem uso de pistolas, fuzis, revólveres, metralhadoras, além de bombas, granadas e outras.

O Poder Público não está capacitado de material físico e humano no combate ao crime organizado, pois este domina os grandes centros urbanos com a atuação do chamado “Estado Paralelo”.

Para as atuais organizações criminosas, é mais vantajoso praticar corrupção contra a Administração Pública do que praticar crimes violentos, como assassinatos. Estes deixam cadáveres estirados em todo lugar, causando revolta na população e imediata reação do Poder Público.

A grande utilidade trazida pela corrupção é a causação de efeitos desejáveis com incrível rapidez, pois os mafiosos agem silenciosamente entregando parte do dinheiro obtido ilicitamente a um funcionário público que os protege da reação do Poder Público.

Na verdade, é um jogo de interesses que existe entre as organizações criminosas e alguns grupos de funcionários públicos desprovidos de ética, interessados na obtenção do dinheiro fácil, porém sujo.

Os crimes de formação de cartel estão previstos na Lei n. 8.137/90, em que os bandidos atingem e lesam toda a coletividade.

Esse crime abala a livre concorrência de mercado, viola princípios básicos da economia como a oferta e a procura, o que revela altos índices de inflação.

Segundo Marcelo B. Mendroni<sup>31</sup>, é através dessa prática criminosa que as empresas, ou grupos delas, controlam os preços, as vendas e a produção, ou seja, diminuem a produção de um produto (em conjunto) se a oferta está baixa, para gerar maior procura e viabilizar a elevação de preços. Empresários, diretamente ou por funcionários de alto escalão, geralmente “diretor de vendas”, reúnem-se direcionando e estabelecendo as vendas a clientes preestabelecidos e conseqüentemente praticam os preços que querem.

Os empresários de cartel estabelecem uma espécie de “carteira” de clientes, dividindo-os entre eles. Assim, cada empresário participante do cartel vende para seus próprios clientes, e se algum de seus clientes pretender comprar de outro empresário, encomendando cotação, aquele outro, sabedor de que se trata de cliente de outro integrante de cartel, apresentará um preço “de cobertura”, obrigando o cliente a comprar sempre da mesma empresa. Então, aquele empresário “dono do cliente” poderá praticar os preços que quiser, pois o comprador não encontrará cotação mais barata.

Os objetivos dos empresários do cartel é a de formar acordos, convênios, ajustes e alianças, visando: a) fixar artificialmente preços e quantidades vendidas e produzidas; b) controlar o mercado; c) controlar, em detrimento da concorrência, a rede de distribuição e concorrência.

Esse tipo de organização criminosa realiza encontros, reuniões, negociações e divisão de clientela para a obtenção do lucro fácil. Mas, para que isto aconteça, existe uma empresa que comanda o cartel, geralmente dispõe de maior estrutura e clientela e também domina a maior parcela do mercado.

Em casos de investigação de cartel, é imprescindível a atuação do SDE/MJ (Secretaria de Direito Econômico, órgão ligado ao Ministério da Justiça que tem atribuições específicas na Lei n. 8.884/95, que estabelece os devidos parâmetros), que possui técnicos especializados no assunto, com a cessão de provas

---

<sup>31</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 117.

emprestadas. A punição para esse crime é de dois a cinco anos de reclusão, ou multa.

Há, na Lei 8.884/95, o instituto de acordo de leniência que dispõe assim: “nos crimes contra a ordem econômica, tipificados na Lei 8.137/90, a celebração do acordo de leniência, nos termos desta lei, determina a suspensão do curso do prazo prescricional e impede o oferecimento da denúncia”.

A lei estabelece que o poder de firmar leniência é da SDE, portanto, esse acordo, na esfera administrativa, impede a ação criminal do Ministério Público pela prática do crime de cartel, não operando efeitos em relação a outros crimes praticados pelos integrantes do referido cartel.

Marcelo B. Mendroni<sup>32</sup> entende que, embora a lei não seja expressa, a concordância do Ministério Público com assinatura conjunta do acordo de leniência fornece o suporte legal necessário à aplicação do acordo, especialmente tendo em conta que os crimes da Lei 8.137/90 são de ação penal pública incondicionada, e que o Ministério Público detém, por ordem expressa constitucional, a exclusividade do impulso da ação. E quanto à aplicação da Lei 9.099/95, é impossível a aplicação da transação penal, em razão da alternatividade da aplicação da pena de multa, já que o crime de formação de cartel jamais poderá ser considerado de “pequeno potencial ofensivo”. Mas no que se refere à aplicação do sursis processual, previsto no artigo 89 da lei 9.009/95, é possível, embora não obrigatória, a sua utilização. Esse crime é praticado com frequência pelas organizações criminosas, pois precisam “lavar o dinheiro” que obtêm ilicitamente.

E foi com base nessa realidade brasileira que o legislador editou a Lei n. 9.613/98, estabelecendo uma pena de três a dez anos de reclusão e multa àquele que “ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direito ou valores provenientes, direta ou indiretamente praticado por organização criminosa”.

---

<sup>32</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 119.

O inciso VII do artigo 1º da Lei acima mencionada estabeleceu somente a expressão “praticado por organização criminosa”. Este dispositivo abrange todos os crimes praticados pelo crime organizado.

A maioria das organizações criminosas pratica conjuntamente atividades lícitas e ilícitas, valendo-se de comércios e ou empresas. Por isso, todas necessitam lavar o dinheiro, utilizando-se na maioria das vezes de empresas.

Várias são as técnicas utilizadas para a execução de lavagem de dinheiro no Brasil, dentre elas<sup>33</sup>:

- a) Estruturação: o agente divide o “bolo” de dinheiro em muitas quantias pequenas, no limite permissivo pela legislação. Nos EUA, o limite de transferência permitida de uma só vez é de US\$ 10.000,00;
- b) Mescla: o agente de lavagem mistura seus recursos ilícitos com os recursos legítimos de uma empresa verdadeira, e depois apresenta o volume total como a receita proveniente da atividade lícita da empresa. Utiliza, desde logo, os recursos obtidos ilegalmente na própria empresa, com o pagamento de pessoal, compra de matéria-prima etc., de forma a dificultar o rastreamento;
- c) Empresa-fachada: entidade legalmente constituída na JUCESP, que participa ou aparenta participar de atividade ilícita. Constata-se a existência de imóvel destinado a qualquer tipo de atividade da empresa, ainda que administrativa, mas na verdade não se destina ao fim preestabelecido no contrato social;
- d) Empresa fictícia: empresa existe somente no papel. Não há qualquer imóvel destinado às suas atividades. O endereço que constar em contrato é falso. Não haverá, por exemplo, aquele número designado ou, se houver, existirá outro imóvel no local, como um prédio residencial. Movimenta o dinheiro em seu nome, mas na verdade não existe;

---

<sup>33</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 123/124.



- e) Compra de bens: o agente de lavagem adquire bens ou instrumentos monetários, como por exemplo: compra por cem, declara haver pagado vinte e vende por cem;
- f) Contrabando de dinheiro: transporte físico de dinheiro para outro país, aplicando-o em banco estrangeiro, rompendo assim a ligação física: dinheiro – negócio ilícito;
- g) Transferência eletrônica de fundos: transferência de fundos por meio da rede eletrônica de comunicações de bancos. Essa técnica permite distanciar rapidamente o dinheiro de sua origem;
- h) Compra/troca de ativos ou instrumentos monetários: o agente, por exemplo, compra cheque administrativo e troca por *traveller-cheque* e então por dinheiro novamente;
- i) Venda fraudulenta de propriedade imobiliária: o agente compra um imóvel e declara haver pagado valor infinitamente menor e paga a diferença ao vendedor “por debaixo do pano”, vendendo-a, depois, pelo preço normal, justificando por exemplo a realização de benfeitorias, transformando aquela diferença em ativo (lucro).

## 2.9 PRINCIPAIS ASPECTOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA MAIS FAMOSA DO BRASIL – PCC (PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL)

O PCC nasceu em 1993, cresceu e virou um monstro dentro do Estado de São Paulo. É a maior organização criminosa do Brasil, comandando atividades ilícitas dentro e fora das cadeias. Esta organização domina o tráfico de drogas em São Paulo, ordena assassinatos, arquiteta seqüestros, assaltos a banco e faz extorsões<sup>34</sup>.

Quando o PCC foi formado, seus primeiros líderes viviam da extorsão de detentos nas cadeias paulistas e exigiam dinheiro em troca de proteção. Quem não colaborava era jurado de morte. Então, foi nesse período que a facção se especializou em promover motins a fim de pressionar o governo e obter regalias para seus líderes.

Por meio desses motins, os presos conseguiram institucionalizar a visita íntima semanal, antes restritas a algumas penitenciárias, e garantir a manutenção do “jumbo” – remessa semanal de alimentos feitas pelas famílias, sendo a maior porta de entrada de armas, drogas e celulares nos presídios.

O capitão Ulisses Puosso, chefe do Centro de Inteligência da Polícia Militar paulista, declarou que o PCC era uma facção de ladrões que praticava extorsão e crimes contra o patrimônio, mas mudou de foco desde que o tráfico se viabilizou como um excelente negócio<sup>35</sup>.

Segundo dados divulgados pela revista VEJA<sup>36</sup>, o PCC tem 15.000 (quinze mil) filiados no Estado de São Paulo e controla 40% do tráfico de drogas no Estado. A polícia já descobriu contas do bando com movimentação superior a 36 milhões de reais.

---

<sup>34</sup> FRANÇA, Ronaldo. Revista Veja, edição 1990-ano 40-n 01 de 10 de janeiro de 2007, p.15.

<sup>35</sup> FRANÇA, Ronaldo. Op. cit, p.15.

<sup>36</sup> FRANÇA, Ronaldo. Op. Cit, p.15.

O principal objetivo do PCC é ganhar dinheiro fácil com o tráfico de substâncias entorpecentes, especialmente a cocaína.

Segundo o delegado Godofredo Bittencourt, que por oito anos chefiou o Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (DEIC) da Polícia Civil de São Paulo, a substância entorpecente vulgarmente conhecida por “cocaína” é o que movimenta a facção criminosa<sup>37</sup>.

O PCC monopolizou a venda de drogas nos presídios, pois atualmente cada grama de pó vendido nas cadeias de São Paulo é controlado pelo grupo. Segundo investigações do Ministério Público do Estado, o PCC movimenta mais de 200 quilos de cocaína mensalmente só nas cadeias paulistas, lucrando em média dois milhões de dólares a cada trinta dias.<sup>38</sup>

A partir do ano de 2003, a facção criminosa começou a investir também no comércio de drogas fora dos presídios, contando com integrantes que, após cumprirem pena, conseguiram voltar às ruas.

Eles operam como um bando primitivo, com estrutura hierárquica rígida e núcleo decisório fechado. As ordens da cúpula são transmitidas de dentro dos presídios por criminosos conhecidos como “torres”. Por meio deles, as instruções chegam aos capatazes do PCC, os “pilotos”, espalhados dentro dos presídios. Aos “pilotos”, cabem cumprir as ordens, em presídios paulistas e nas cidades de todo País. No degrau mais baixo, estão os “bin ladens”, viciados ou pequenos traficantes cujas dívidas de drogas podem ser zeradas quando eles se incorporarem aos ataques de maior risco. O PCC se organizou como uma empresa, com tesouraria, almoxarifado, setor de crédito e departamento pessoal.

Segundo a revista VEJA<sup>39</sup>, o PCC controla detalhadamente a arrecadação de recursos feita por meio de extorsão de presos, seqüestros e outros crimes. Revelou que, de acordo com a polícia, quem está preso paga uma mensalidade de R\$ 50, 00

---

<sup>37</sup> FRANÇA, Ronaldo. Op. Cit, p.16.

<sup>38</sup> FRANÇA, Ronaldo. Op. Cit, p.16.

<sup>39</sup> LINHARES, Juliana. Revista VEJA, 19 de julho de 2006, edição 1965, ano 39, n. 28, pg 47.

(cinquenta reais) em troca de proteção. E os criminosos que estão em liberdade contribuem com R\$ 1.000 (mil reais). Esse dinheiro paga a mensalidade dos chefões presos, é investido na compra de drogas, armas, aluguel de carros e pagamento de advogados. A referida organização também tem uma cooperativa de crédito que financia as operações pessoais de seus membros com empréstimos de até R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais).

Segundo o pesquisador Adriano Oliveira, do Núcleo de Estudo de Instituições Coercitivas, da Universidade Federal de Pernambuco, a centralização favorece a tomada de decisões e fortalece o senso de unidade em torno das lideranças do PCC<sup>40</sup>.

Para o sociólogo Ignácio Cano, da Universidade do Rio de Janeiro, a diversificação de atividades favorece o PCC em comparação com os grupos cariocas, mergulhados numa eterna disputa territorial para sobreviver. As quadrilhas do Rio de Janeiro precisam disputar áreas de atuação porque sua sustentação principal é o tráfico de drogas, que tem por base o controle dos pontos de vendas, enquanto que em São Paulo, o crime organizado atua em várias atividades ao mesmo tempo<sup>41</sup>.

Investigações do Ministério Público e da Polícia de São Paulo mostram que para colocar um celular dentro de um presídio, um agente recebe de propina até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A cada mês são apreendidos 200 celulares nas 144 unidades prisionais de São Paulo. E quando a corrupção não funciona, os líderes do PCC recorrem à intimidação e à violência. Segundo informações da Veja, depois das prisões de advogados que funcionavam como pombos-correio dos detentos, os chefões do PCC mudaram de tática, ou seja, passaram a pressionar presos que não são ligados ao Grupo para que transmitissem às suas mulheres as ordens para assassinatos, rebeliões e ataques. E se os presos não passarem, saberão que sua família será morta, disse, à reportagem da Veja, um policial que participa das investigações<sup>42</sup>.

---

<sup>40</sup> LINHARES, Juliana. Op. cit, pg 47.

<sup>41</sup> LINHARES, Juliana. Op. cit, pg 47.

<sup>42</sup> LINHARES, Juliana. Op. cit, pg 47.

O PCC cria métodos para aumentar o controle dos presídios com a infiltração de criminosos nos concursos públicos para agente penitenciário.

São Paulo tem vinte e cinco grandes regiões de distribuição de cocaína mapeadas pela polícia militar. O PCC já tomou dezessete delas.

Segundo estatísticas da Polícia Federal, no ano de 2005, 40% dos grandes carregamentos de cocaína apreendidos em rodovias e sítios do Estado de São Paulo pertenciam à facção. Isso equivale a mais de uma tonelada de pó por ano. O PCC atua em mais dois Estados para movimentar todo esse esquema, Paraná e Mato Grosso do Sul, pois são locais estratégicos que fazem divisa com o Paraguai e a Bolívia, grandes centros fornecedores de cocaína<sup>43</sup>.

Para lavar o dinheiro ganhado no crime, o PCC financia “laranjas” que atuam em ramos legalizados, como em cooperativas de perueiros, postos de combustíveis, desmanches e lojas de carros usados. O montante auferido nessas operações é depositado em contas bancárias abertas por parentes da cúpula.

O famoso líder da facção criminosa, Marcos Willians Camacho, vulgarmente chamado de “Marcola”, entrou no grupo em 2001 em meio a uma sangüinária disputa pelo poder. Ele afastou os antigos líderes e decretou suas sentenças de morte e quem se opôs a sua liderança foi eliminado. Ao invés de exigir dinheiro toda hora dos presos, Marcola instituiu a cobrança de uma mensalidade para o caixa coletivo<sup>44</sup>.

---

<sup>43</sup> LINHARES, Juliana. Op. cit, pg 47.

<sup>44</sup> LINHARES, Juliana. Op. cit, pg 47.

### **3- AGENTES INFILTRADOS**

#### **3.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE OS AGENTES INFILTRADOS**

No Brasil, após ser vetada pelo Presidente da República quando da edição da Lei n. 9.034/95, de 30 de maio de 1995 (art. 2º, inciso I), a infiltração de agentes foi disciplinada pela Lei n. 10.217, de 12 de abril de 2001, que introduziu o inciso V ao artigo 2º da Lei n. 9.034/95. E a lei 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que prevê procedimento especial para a apuração dos crimes de tóxicos, tratou do instituto no artigo 33, inciso I.

Pela Lei 10.271/95 foi introduzida a figura do agente infiltrado em nosso ordenamento jurídico como um dos meios de combate à criminalidade organizada. Vejamos o que diz a Lei 9.034/95, recentemente alterada:

Art. 2.º: Em qualquer fase de persecução criminal, são permitidos, sem prejuízo dos já previstos na lei, os seguintes procedimentos de investigação e formação de provas:

V – a infiltração por agentes de polícia ou de inteligência, em tarefas de investigação, constituída pelos órgãos especializados pertinentes, mediante circunstanciada autorização judicial.

Como claramente se percebe, o legislador brasileiro não fixou critérios para o emprego da figura do agente infiltrado, no sentido de limitar a sua utilização, pois não enumerou as hipóteses em que é permitida tal infiltração, não fixou o tempo de

duração da ação de infiltração e nem mencionou os critérios da proporcionalidade no uso prolongado ou permanente de identidade falsa atribuída durante a infiltração. E nem tampouco introduziu a causa de justificação especial ou escusa absolutória para os casos em que o agente seja obrigado ao cometimento de determinadas infrações.

Segundo Eduardo Araújo da Silva<sup>45</sup>, para assegurar as garantias do investigado resta valer-se por analogia do procedimento previsto na Lei n. 9.296/96, que disciplina a interceptação das comunicações telefônicas em sistema de informática e telemática, pois reflete a moderna concepção do princípio da proporcionalidade em relação à matéria que igualmente pode resultar em restrição ao direito à privacidade.

Para que haja o deferimento do pedido de infiltração é preciso observar dois requisitos: a) impossibilidade da prova ser colhida por outros meios disponíveis; e b) o fato investigado constituir ilícito decorrente de “ações praticadas por quadrilha ou bando ou organizações ou associações criminosas de qualquer tipo” (art. 1º da Lei 9.034/95).

Tem legitimidade para requerer a infiltração de agentes de polícia: a) a autoridade policial no curso do inquérito (artigo 3.º, I, da Lei 9.296/96); b) o Ministério Público, na fase de investigação criminal e de instrução processual (artigo 3.º, II, da Lei 9.296/96); c) o juiz poderá determinar a realização de ofício, se entender conveniente, pois no processo penal o magistrado também atua com a finalidade de suprir eventual omissão das partes na obtenção da prova, na busca da verdade processual (artigo 3.º, *caput*, da Lei n. 9.296/95).

No pedido, deverá o requerente demonstrar a presença dos requisitos autorizadores da medida, devendo o juiz decidir, de forma fundamentada, no prazo máximo de 24 horas (artigo 4.º da Lei 9.296/96). O prazo máximo para a duração da infiltração será de quinze dias, renovável por igual tempo se comprovada sua indispensabilidade (artigo 5.º da Lei 9.296/96), devendo o representante do

---

<sup>45</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.* 2003. p. 87/88.

Ministério Público ser cientificado do deferimento do pedido elaborado pela autoridade policial (artigo 6º da Lei 9.296/96). Encerrada a diligência, a autoridade policial responsável pela infiltração do agente policial deverá elaborar relatório circunstanciado das diligências, enviando-o ao juiz responsável pela autorização (artigo 6.º, § 2.º, da Lei 9.296/96).

O trabalho do agente infiltrado esbarra em três grandes problemas, de ordens: ética, jurídica e operacional.

Em relação à ética, a sociedade indaga se a ação de agentes infiltrados estaria conforme ou não com os postulados de um Estado Democrático de Direito. Pois, como o legislador pode permitir que policiais atuem ao lado de criminosos com a permissão para praticar condutas que configuram os mesmos delitos que incubem ao próprio Estado reprimir?<sup>46</sup>

Mesmo que a Constituição Federal não excepcione expressamente o respeito ao direito à intimidade, tal possibilidade pode se dar desde que a ação do agente infiltrado se apresente como necessária, esteja prevista em lei e se leve a cabo mediante resolução judicial motivada, cuja execução deve atender ao critério da proporcionalidade.<sup>47</sup>

Portanto, a ação de agentes infiltrados não fere os postulados fundamentais do Estado Democrático de direito, devendo-se observar, contudo, o controle judicial e o emprego do princípio da proporcionalidade.<sup>48</sup>

Quanto aos problemas operacionais, a ação de infiltração não depende apenas de legalização e sim de uma boa estrutura organizacional e hierarquizada de seus quadros com a especialização policial para enfrentar situações típicas do dia-a-dia de uma organização criminosa. Isso quer dizer que o agente deve saber o “jargão” utilizado pelos criminosos, os modos para escapar das situações de risco e,

---

<sup>46</sup> ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. **Agente Infiltrado: Inovação da Lei 10.217/2001**. Disponível em [www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas](http://www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas). Acesso em 10.07.07

<sup>47</sup> ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. Op. Cit.

<sup>48</sup> ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. Op. Cit.



principalmente, a utilização de meios de comunicação seguros para prestar conta do andamento dos trabalhos.<sup>49</sup>

Em relação aos problemas jurídicos, os agentes infiltrados enfrentam muitos, dentre eles: a) qual seria a autoridade competente para delegar o poder de autorizar a ação de infiltração, e quem pode exercitar o controle de execução das referidas atividades?; b) quais as pessoas que poderiam atuar como agentes infiltrados?; c) quais são os limites da sua atuação?; d) qual o valor da prova obtida através dessa técnica?; e e) como e por qual período deve o Estado proteger o agente infiltrado após a operação de infiltração?<sup>50</sup>

Essas perguntas não foram explicitamente respondidas pela Lei do Crime Organizado como deveria ser, deixando-se tal atribuição para a doutrina e também para o nosso Ordenamento Jurídico.

### 3.2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA INFILTRAÇÃO

Foi no período do absolutismo francês que surgiu a figura do agente infiltrado. Nessa época, o Rei Luis XIV criou a figura do “delator” que tinha por missão descobrir os inimigos políticos em troca de favores do príncipe. Os *delatores* espionavam e levavam os fatos ao conhecimento das autoridades sem a prática de qualquer atividade. Mas, com o passar do tempo, essa atividade de vigiar não foi suficiente para a colheita de todas as provas, por isso os *delatores* passaram a provocar condutas consideradas ilícitas.

Para Marcelo B. Mendroni<sup>51</sup>, o conceito de agentes infiltrados consiste basicamente em permitir a um agente de polícia ou de serviço de inteligência infiltrar-se no seio de uma organização criminosa, passando a integrá-la como se criminoso fosse. Agindo assim, penetrando no organismo e participando das atividades diárias, das conversas, problemas e decisões, como também por vezes

---

<sup>49</sup> ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. Op. Cit.

<sup>50</sup> ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. Op. Cit.

<sup>51</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. Op. cit. 2007, p. 53/54.

de situações concretas, ele passa a ter condições de melhor compreendê-la para repassar as informações às autoridades competentes.

O agente infiltrado apresenta três características básicas: dissimulação, que significa a ocultação da condição de agente policial e suas verdadeiras intenções; o engano, pois toda a operação de infiltração apóia-se numa encenação que permite ao agente obter a confiança do mafioso; e a interação, que é uma relação direta entre o agente e os integrantes do grupo criminoso.

O agente tem a função de introduzir-se no meio de organizações criminosas, disfarçando-se de membro da organização com a finalidade precípua de descobrir os crimes praticados pelos integrantes do grupo.

É uma das formas mais eficazes de desmantelamento das organizações criminosas. Dentre as vantagens, estas se destacam: a descoberta dos chefes e de *testas-de-ferro* do crime organizado, dos bens roubados pelo grupo, os planos de execução dos crimes, nomes de agentes públicos envolvidos e de empresas envolvidas na lavagem de dinheiro, dentre outros mecanismos utilizados.

### 3.3 AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

A autoridade competente para autorizar a ação dos agentes infiltrados é somente do Magistrado, que deve outorgá-la fixando o conteúdo e o objeto da operação. Esta pode ser ampliada ou restringida conforme a necessidade advinda da produção dos resultados. A autorização deve especificar os instrumentos que deverão ser utilizados pelo agente infiltrado, como, por exemplo, a identidade e o domicílio falsos, indicação da pessoa que servirá de intermediária para a manutenção dos contatos, descrição dos meios a serem utilizados e dos direitos fundamentais que poderão ser violados no desenrolar das investigações e também fixar o prazo inicial de duração da operação.

A infiltração policial somente pode ser concedida por autorização judicial, opção escolhida pelo legislador brasileiro na feitura da Lei 9.034/95.

Em outros países da Europa e nos Estados Unidos, a autorização é efetivada pelo Ministério Público.

No Brasil, a autorização judicial consiste em forma de controle da atividade policial para não colocar em risco todo o trabalho de infiltração, retirando assim a atuação discricionária da polícia.

A operação deve ser realizada sob o mais absoluto sigilo, e não é só Magistrado que deve obedecer a essa regra, mas também o Ministério Público, quando cientificado do andamento da ação.

### 3.4 PESSOAS QUE PODEM ATUAR COMO AGENTES INFILTRADOS

A lei do crime organizado definiu que apenas os membros de organismos policiais e de inteligência podem ser agentes infiltrados, excluindo-se totalmente os particulares. São legitimados para atuarem como Polícia Judiciária os órgãos descritos no artigo 144 da Constituição Federal de 1988. Senão vejamos:

Art. 144: A segurança pública, dever do Estado, responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e de incolumidade de pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros;

### 3.5 LIMITES DA OPERAÇÃO E PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

O agente poderá cometer crimes na operação de infiltração para demonstrar que é um dos componentes da organização criminosa. Dessa conduta ilícita, surgem algumas situações para as quais a lei brasileira não apresenta solução, quais sejam:

- a) o agente pratica crimes relacionados com o objeto da investigação, como por exemplo, vende entorpecentes para uma quadrilha de traficantes a mando da quadrilha na qual está infiltrado;
- b) o agente pratica crimes para ser aceito no grupo

organizado; c) o agente se excede na prática dos crimes; e d) o agente pratica crimes em proveito próprio.

A lei brasileira não tipificou a prática de crimes pelo agente infiltrado, deixando de existir permissão legal para tal conduta.

Todas as condutas do agente devem ser analisadas com base no princípio da proporcionalidade e na finalidade da investigação. Se, por exemplo, o agente matar um seqüestrador pelas costas (da organização criminosa na qual estava infiltrado) para liberar sete reféns, o magistrado deverá analisar se a conduta foi proporcional de acordo com a finalidade da investigação.

O agente que se excede na prática de crime ou que o comete em proveito próprio não tem nenhuma proteção da legislação brasileira.

A origem desse princípio está relacionada à defesa dos interesses individuais frente ao poder absoluto do Estado. Para controlar os excessos praticados pelo monarca, elaboraram-se, na Inglaterra, nos séculos XVII e XVIII, sob a influência do jusnaturalismo, teorias de que contra a autoridade, até então ilimitada do rei, poderiam ser opostos direitos individuais. O desenvolvimento dessas teorias culminou com o entendimento de que o poder de polícia do Estado apenas deveria ser utilizado para restringir direitos individuais frente a interesses coletivos superiores, o que colaborou para a prática de atos estatais vinculados a determinados interesses. Com o surgimento do Estado Moderno, amparado na lei e não mais na autoridade absoluta do rei, o princípio da legalidade foi expresso no artigo 3.º da Constituição Francesa de 1791: “Não há na França autoridade superior à lei. O rei não reina mais senão por ela e só em nome da lei pode exigir obediência”. Assentado o princípio da legalidade, o pensamento jurídico liberal, amparado nas idéias de Beccaria, Bentham e Hobbes, evoluiu no sentido de consagrar o entendimento de que não bastava apenas e tão-somente a previsão de um crime e sua respectiva pena. Havia necessidade de imposição de mais uma limitação ao poder punitivo do Estado, para exigir que a gravidade da sanção penal fosse proporcional ao fato delituoso cometido, visando evitar uma exagerada privação da liberdade a ser imposta ao condenado. Refletindo essa orientação, no

campo do direito processual, desenvolveu-se pensamento análogo de que o Estado não deveria abusar de seus poderes quando da apuração de um crime, devendo restringir os direitos fundamentais do cidadão apenas quando a gravidade do crime autorizasse<sup>52</sup>.

Em 1764, Cesare Beccaria<sup>53</sup> tratou da questão da proporcionalidade que deveria existir entre o delito e as penas:

Não somente é de interesse comum que não se comentem crimes, mas também que sejam mais raros relativamente à proporção de males que causam à sociedade. Mais fortes, pois, devem ser os obstáculos que afastam os homens dos delitos, na medida em que estes são contrários ao bem público e na medida em que levam os homens a cometê-los (...) Deve haver assim uma proporção entre os delitos e as penas.

O importante não é saber se o Estado deve ou não restringir direitos fundamentais, mas em que medida essa restrição deverá ocorrer, pois o ordenamento processual deve reagir para salvar antes de tudo a si mesmo, prevendo instrumentos derogatórios e procedimentos alternativos que, sem ofender a substância dos direitos do acusado, permitam à justiça seguir regularmente o seu curso.

De um lado, estão os interesses estatais na realização da investigação criminal e da persecução criminal em juízo e, de outro, o cidadão investigado, titular dos direitos e garantias individuais. Então, esse princípio tem por escopo equilibrar a relação contraditória de interesses, evitando assim a violação de direitos individuais do particular como também a atividade estatal na repressão à criminalidade.

O agente infiltrado, integrante de uma organização criminosa, mediante autorização judicial, que não co-participar de alguns delitos pode ter sua identidade descoberta pelos criminosos, colocando em risco a própria vida e o conjunto de provas levantadas. Poderá, então, o agente participar de qualquer espécie de crime? A resposta para essa questão está justamente no princípio da proporcionalidade. Pois não pode haver normas constitucionais contraditórias e sim

---

<sup>52</sup> DA SILVA, Eduardo Araújo. *Op. cit.* 2003, p. 55.

<sup>53</sup> BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Marcílio Teixeira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979, p. 82/83.

que sejam interpretadas de forma que coexistam em harmonia. Entre dois princípios constitucionais aparentemente de igual peso, prevalecerá aquele de maior valor.

Não se pode justificar o sacrifício de uma vida em favor da infiltração do agente, porque este deverá utilizar de todas as habilidades para impedi-lo. Mas haverá casos em que o agente infiltrado ficará impossibilitado de impedir o pior, como, por exemplo, se um criminoso apontar uma arma para a sua cabeça, obrigando-o a atirar em outra pessoa, estará amparado pela excludente de culpabilidade, ou seja, coação moral irresistível.

Para Marcelo B. Mendroni, o agente infiltrado poderá praticar condutas típicas, desde que não atentem contra um direito constitucional sobrevalente. Há casos em que a prevalência de um direito será muito evidente a ponto de não ensejar qualquer dúvida de interpretação e resolução pela não-atuação, cuja interpretação deve caber ao juiz, ao promotor de justiça, ao delegado de polícia ou ao próprio agente infiltrado, seguindo-se essa ordem de preferência. E como agir então o agente que se veja diante de situação em que não possa agir, sob pena de detonar um direito valioso? Sem poder atuar (matar ou assaltar), ele deverá agir com muita habilidade de forma a escapar daquela situação para logo em seguida obter o auxílio dos seus companheiros policiais que estiverem postos e prontos a intervirem. Deverão receber constante treinamento especializado e assim saberão decidir e atuar de forma a diminuir riscos decorrentes da atuação prática<sup>54</sup>.

---

<sup>54</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 57.

### 3.6 SIGILO DAS OPERAÇÕES E O PERÍODO EM QUE O ESTADO DEVE PROTEGER O AGENTE APÓS A OPERAÇÃO DA INFILTRAÇÃO

A Lei 10.217/2001 estabelece em seu parágrafo único do artigo 2º que “a autorização judicial será estritamente sigilosa e permanecerá nesta condição enquanto perdurar a infiltração”.

Somente o juiz e representante do Ministério Público poderão ter acesso aos autos para assegurar o sucesso das investigações e preservar a vida do agente que atua de forma infiltrada, devendo tal procedimento ser marcado pelo sigilo.

O agente infiltrado deverá trabalhar com o uso de uma identidade falsa que será concedida por autorização judicial com destinação e uso exclusivo para a atividade a que se destina. Essa identidade deverá restringir-se ao conhecimento do Juiz, do Promotor de Justiça e do Delegado responsável pela investigação.

A Lei 10.217/01 não regulamentou a proteção de identidade do agente infiltrado. Diante de tal ausência, restou a proteção por meio de normas de cunho administrativo, especialmente no que se refere ao afastamento do agente do local de serviço após a conclusão da operação da infiltração.

O Estado deve disponibilizar, ao agente, veículos, dinheiro, moradia e o que for necessário para a sua segurança, para o sucesso das investigações e boa colheita de provas.

Mesmo que as investigações estejam concluídas, a identidade do policial deve ser mantida sob sigilo, para a proteção da vida deste e de seus familiares.

A participação de um agente infiltrado na organização criminosa exige o constante monitoramento de suas atividades por parte de seus colegas policiais, de modo a viabilizar-lhe proteção em casos de ocorrência de qualquer situação de dificuldade que porventura possa suceder. É um trabalho muito perigoso, pois o

agente coloca em risco a própria vida e a de seus familiares à custa de obtenção de informações sobre a organização criminosa.

Se, por exemplo, os integrantes da organização criminosa descobrirem que há um agente infiltrado entre eles, grande risco de vida o policial estará correndo, além do prejuízo das investigações. Não se pode sacrificar a vida de um agente a troco de informações sobre a organização criminosa, por mais importantes que sejam. Por isso, o acompanhamento deve ser constante por meio de equipamentos projetados à base de transmissores (de voz ou imagens), de forma que os outros policiais de suporte possam vigiá-lo e estar prontos para agir em situação de emergência.

A lei brasileira não traz qualquer disposição voltada para a proteção dos agentes após a infiltração, restando a possibilidade de mecanismos protetores por meio das normas de cunho administrativo.

Luiz Flávio Gomes<sup>55</sup> entende que o maior problema relacionado à adoção de programas de proteção é o seu alto custo, pois, um *protegido* nos Estados Unidos custa cerca de cem mil dólares por ano.

A lei argentina estabelece que o agente, cuja segurança esteja sob risco por haver sido revelada sua identidade real, pode optar por sua aposentadoria, qualquer que seja o serviço prestado.

### 3.7 AGENTE INFILTRADO/ AGENTE PROVOCADOR

Há diferenças entre o agente infiltrado e o provocador. Este atua ofensivamente sem integrar a organização criminosa, mas induzindo o bandido a praticar o delito. Um exemplo: policial solicita ao traficante a venda da substância entorpecente. Já o agente infiltrado recebe ordem ou autorização para infiltrar-se na organização criminosa com o propósito de manter atividade passiva de observância e análise, atuando ativamente, como, por exemplo: o agente policial se infiltra na

---

<sup>55</sup> GOMES, Luiz Flávio. **Crime Organizado - enfoque criminológico jurídico- lei 9.034/95-e político criminal**. 2. ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 1997, p. 200.



organização de jogos de máquinas caça-níqueis com o objetivo de descobrir quem são os chefes da máfia e como estes realizam a lavagem de dinheiro dos bingos.

### 3.8 AGENTE INFILTRADO – TESTEMUNHA

O agente infiltrado pode servir de testemunha, em Juízo, das ações criminosas que presenciou. Dirá ao juiz tudo o que assistiu dentro da organização criminosa, descrevendo-lhe detalhadamente as atividades criminosas e o *modus operandi* dos bandidos.

O policial poderá indicar em juízo as seguintes provas: filmes, fotografias, gravações e outras provas documentais que servirão para demonstrar todo o trabalho ilícito realizado pelas organizações criminosas.

A valoração das provas ficará ao livre arbítrio do juiz, levando em consideração o tempo e a forma de atuação do agente na organização criminosa.

E mesmo que o agente testemunhe em juízo, a sua verdadeira identidade deverá ser mantida em sigilo absoluto para a sua própria proteção e de sua família, segundo a Lei n. 9.807/99 (legislação de proteção a testemunhas). Pois, se assim não for, o agente não concordará em fornecer as informações que obteve no trabalho da infiltração, ante os riscos de morte que poderá sofrer se sua verdadeira identidade for revelada.

### 3.9 VALOR DAS PROVAS

Há muitas controvérsias na doutrina quanto à validade das informações obtidas pelo agente infiltrado. Mas no que se refere às provas obtidas por meio de mecanismos de gravações audiovisuais, estas devem ser aceitas se foram executadas com observância dos ditames legais. Entretanto, se as gravações forem feitas sem observarem o objeto da investigação ou fora do âmbito permitido pela legislação, serão declaradas imprestáveis por constituir violação de direito fundamental.

### 3.10 AÇÃO CONTROLADA

Ação controlada consiste no retardamento e na espera do melhor momento para a atuação policial repressiva contra os criminosos integrantes da organização.

Segundo o artigo 2º, inciso II, da lei n. 9.034/95, a ação controlada:

“consiste em retardar a interdição policial do que se supõe ação praticada por organizações criminosas ou a ela vinculado, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz do ponto de vista da formação de provas e fornecimento de informações”.

Segundo Marcelo Batlouni Mendroni<sup>56</sup>, na ação controlada:

“concede-se a polícia o direito de aguardar a oportunidade mais eficiente para atuar, seja prender, surpreender, ou agir, de qualquer forma, de modo que no momento oportuno, a situação seja mais favorável para a obtenção de provas. Pode ser praticada no que couber, em forma de flagrante esperado, na medida em que a polícia não só recebe a notícia da prática de um crime para então aguardá-lo de *campana*, como também observa a distância os passos dos integrantes da organização criminosa, monitorando-os com eventual escuta telefônica e outros expedientes investigatórios, para então agir no momento considerado mais oportuno”.

A ação controlada deve ter a sua operacionalização e escolha do momento da ação a cargo do Delegado de polícia responsável pela equipe, após saber do promotor de justiça a necessidade probatória qualitativa e quantitativamente adequada para a propositura da ação penal. Haverá situações em que o material probatório colhido poderá consistir em verdadeira prova a ser utilizada também durante o processo<sup>57</sup>.

A autorização judicial determinará o termo inicial da prática da ação controlada. Em caso de não comunicação previa acompanhada da autorização, aquela estaria vedada pelo policial e a sua atuação em organização criminosa não terá o possível acobertamento da excludente de antijuricidade, o estrito cumprimento do dever legal. Assim, com a autorização judicial a excludente torna-se mais visível, ao passo que sem ela a presunção toma sentido contrario, de que o policial tenha

<sup>56</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 49/50.

<sup>57</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni, *op. cit.* 2007, p. 50.

atuado criminosamente, a não ser, que o policial demonstre o contrario, como por exemplo, a inafastável necessidade de sua atuação de emergência, sem tempo hábil ao devido requerimento judicial<sup>58</sup>.

Segundo Marcelo Batlouni Mendroni, uma vez inserido no âmbito da organização criminosa, o agente infiltrado deverá manter contato diário com seu superior hierárquico policial, e este com o Promotor de Justiça do caso. Será preciso avaliar a quantidade e a qualidade das informações obtidas para determinar o momento oportuno de fazê-la cessar. Trata-se, portanto de situação puramente objetiva probatória, com necessária harmonia de comunicação entre o agente policial infiltrado, o delegado de policia e o promotor de justiça. Não há necessidade de autorização judicial previa à cessação do controle da ação, mas, decidindo-se pela sua interrupção, esta deverá ser imediatamente comunicada ao juiz que a autorizou, mediante relatório pormenorizado das evidencias obtidas. Isso para que o juiz detenha o controle da medida obtida mediante o seu deferimento<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni, *op. cit.* 2007, p. 50.

<sup>59</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni, *op. cit.* 2007, p. 52.

## 4. AGENTES DE INTELIGÊNCIA

### 4.1 NOÇÕES GERAIS

Para Joannisval Brito Gonçalves<sup>60</sup>, consultor jurídico do Senado Federal, inteligência pode ser definida como:

A atividade que objetiva a obtenção, análise e disseminação de conhecimentos, dentro e fora do território nacional, sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório e a ação governamental e sobre a salvaguarda e a segurança da sociedade e do Estado. Contra-Inteligência, por sua vez, é a atividade voltada à "neutralização da Inteligência adversa" – a qual pode ser tanto de governos como de organizações privadas.

No Brasil, os Serviços de inteligência existem desde o início do século XX, mas a referência mais comum é ao antigo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão associado ao aparato repressor do regime de exceção e extinto no primeiro dia do governo Fernando Collor de Mello, em 15 de março de 1989. O atual órgão central de inteligência do Estado é Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criada pela Lei nº 9.883, de 07 de dezembro de 1999<sup>61</sup>.

O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) foi instituído pela Lei nº 9.883/99, que também criou a ABIN como seu órgão central e atribuiu a essa Agência a missão de planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de inteligência e contra-inteligência do País, de modo a assessorar o Presidente da República com informações de caráter estratégico. A Lei explicita que

---

<sup>60</sup> GONCALVES, Joannisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: O caso do Brasil. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br)

<sup>61</sup> GONCALVES, Joannisval Brito. Op. Cit.

as atividades de inteligência deverão ser desenvolvidas com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado. E, mais importante, estabelece um mecanismo de controle externo das atividades da ABIN, por meio de uma Comissão Parlamentar composta por membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal<sup>62</sup>.

O Decreto nº 4.376, de 13 de setembro de 2002, dispõe sobre a organização e funcionamento do SISBIN. De acordo com o art. 1º do ato, o SISBIN tem por objetivo integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência do País, com a finalidade de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Ademais, o SISBIN é responsável pelo processo de obtenção e análise de dados e informações e pela produção e difusão de conhecimentos necessários ao processo decisório do Poder Executivo, em especial no tocante à segurança da sociedade e do Estado, bem como pela salvaguarda de assuntos sigilosos de interesse nacional<sup>63</sup>.

O art. 4.º do Decreto n. 4.376/2002 prevê quais órgãos devem constituir o SISBIN, dentre eles:

I – A Casa Civil da Presidência da República, por meio do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM;

II – O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, órgão de coordenação das atividades de inteligência federal;

III – A Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, como órgão central do Sistema;

---

<sup>62</sup> GONCALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: O caso do Brasil. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br)

<sup>63</sup> GONCALVES, Joanisval Brito. Op. Cit.

IV – O Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e da Coordenação de Inteligência do Departamento de Polícia Federal;

V – O Ministério da Defesa, por meio do Departamento de Inteligência Estratégica, da Subchefia de Inteligência do Estado-Maior de Defesa, do Centro de Inteligência da Marinha, do Centro de Inteligência do Exército, da Secretaria de Inteligência da Aeronáutica;

VI – O Ministério das Relações Exteriores, por meio da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais;

VII – O Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria-Executiva do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, da Secretaria da Receita Federal e do Banco Central do Brasil;

VIII – O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Secretaria-Executiva;

IX – O Ministério da Saúde, por meio do Gabinete do Ministro e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

X – O Ministério da Previdência e Assistência Social, por meio da Secretaria-Executiva;

XI – O Ministério da Ciência e Tecnologia, por meio do Gabinete do Ministro;

XII – O Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria-Executiva; e

XIII – O Ministério de Integração Nacional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil.

Além da ABIN, que é o órgão federal por excelência responsável pelas ações de inteligência, destacam-se<sup>64</sup>:

- Os setores de inteligência dos Comandos Militares – do Exército, da Marinha e da Aeronáutica – e do Ministério da Defesa, voltados, preponderantemente, à inteligência militar;
- As áreas de inteligência de órgãos de fiscalização, como a da Receita Federal, do INSS e do IBAMA;
- Os setores de inteligência direcionados à área financeira – do Banco Central do Brasil ou de bancos estatais, como a Caixa Econômica Federal;
- A unidade de inteligência financeira encarregada da coordenação das atividades de combate à lavagem de dinheiro – o COAF;
- Unidades de inteligência policial – na Polícia Federal, na Polícia Rodoviária Federal e nas polícias estaduais civis e militares.

O inciso V do artigo 2.º da Lei 9.034/95 prevê que a infiltração nas organizações criminosas se dará por agentes de polícia ou de inteligência. Os agentes de polícia são aqueles elencados no artigo 144 da Constituição Federal, já sobre os de inteligência pairam dúvidas sobre quem sejam. O entendimento de Denilton Feitoza Pacheco é o seguinte:

Como a Lei Federal 9.883/1999 instituiu o sistema Brasileiro de Inteligência e o Decreto Federal 3.695/2000 criou o subsistema de Inteligência de Segurança Pública, isso implica que o agente de inteligência deve ser um órgão público formalmente constituído como órgão de inteligência. Assim, podem ser utilizados os agentes de inteligência da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, do Ministério da Defesa, das Administrações Penitenciárias, das Secretarias Estaduais da Fazenda, Secretaria da Receita Federal e, enfim, de outros órgãos públicos que tenham formalmente constituído sua unidade de inteligência e vinculado seu servidor a ela como agente de inteligência. A Lei 9.034/95 estabeleceu

---

<sup>64</sup> GONCALVES, Joanisval Brito. A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: O caso do Brasil. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br)

que a pessoa infiltrada deve ser agente de polícia ou de inteligência, sem restringir a instituição à qual pertence o agente de inteligência”<sup>65</sup>.

Para Jayme José de Souza Filho, a infiltração de agentes de inteligência não se encontra sedimentada pacificamente, porque, primeiro, no artigo 2.º da Lei 9.034/95 está prevista a existência de uma persecução penal, e não meramente administrativa, como pode decorrer da atuação de agentes que não sejam pertencentes às polícias judiciárias, e, segundo, porque o artigo 4.º da referida lei versa: “Os órgãos da polícia judiciária estruturarão setores e equipes de policiais especializados no combate à ação praticada por organizações criminosas” (grifo nosso). Então, se a polícia judiciária, que tem a incumbência prevista constitucionalmente de realizar a apuração das infrações penais (exceto as militares), é a única citada para estruturar-se na apuração desses tipos criminais, qual a motivação de outros órgãos não terem sido elencados, uma vez que não são institucionalizados especificamente para a apuração dos delitos?<sup>66</sup>.

Assim também entende Luiz Otávio de Oliveira Rocha:

É duvidosa a constitucionalidade da permissão contida na Lei 10.217/01 de atuação de agentes de inteligência como “infiltrados”, na medida em que a tais agentes não são em regra cometidas funções de polícia judiciária e, desse modo, não estão legitimados a coletar provas voltadas a futura utilização em processo penal, única causa legítima capaz de fundamentar as violações à intimidade e outros direitos fundamentais que implicam a atividade de infiltração. Porém, se considerar a inserção de requisitos legais da autorização judicial e da existência de investigação formal em curso, se pode afirmar que não haverá incompatibilidade constitucional na atuação de agentes de inteligência, sempre que suas funções investigatórias estiverem previstas em lei, a qual tenha instituído procedimento para a formalização do respectivo conteúdo. O resultado de investigações que tais poderá, então, ser legitimamente aproveitado pelos órgãos de polícia judiciária<sup>67</sup>.

---

<sup>65</sup> PACHECO, Denilson Feitoza. **Atividades de Inteligência e processo penal**. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.militar.com.br/modules.php?name=Juridico&file=display&jid=123](http://www.militar.com.br/modules.php?name=Juridico&file=display&jid=123).

<sup>66</sup> FILHO, Jayme José de Souza. **Investigação Criminal à luz da lei 9.034/95 – A atuação de agentes infiltrados e suas repercussões penais**. Acesso em 10.07.07. Disponível em [www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol\\_02/ANO1\\_VOL\\_2\\_07.pdf](http://www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol_02/ANO1_VOL_2_07.pdf) -

<sup>67</sup> ROCHA, Luiz Otavio de Oliveira. **Agente Infiltrado: Inovação da Lei 10.217/2001**. Disponível em [www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas](http://www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas). Acesso em 10.07.07



## 5. ANÁLISE DO AGENTE INFILTRADO EM ALGUMAS LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS

### 5.1 NA ALEMANHA

Nesse país, há uma legislação especial (*Gesetz Zur Bekämpfung Des Illegalen Rauschgifthandels Und Anderer Erscheinungsformem Der Organisierten Kriminalität – Orgkg*), de 15-07-1992, para o combate as organizações criminosas, que regulamentou os casos em que são admitidas as intervenções do agente infiltrado, chamado de *Verdeckter Ermittler*. Essa lei estabeleceu o seguinte:

Podem ser admitidos os agentes infiltrados se existirem indícios suficientes e para o esclarecimento das seguintes espécies de delitos: a) tráfico de entorpecentes ou de armas, de falsificação de moeda; b) segurança nacional; c) comerciais ou habituais; d) praticado por organização criminosa. Os agentes infiltrados devem ser integrantes dos quadros da polícia e ter a sua identidade trocada enquanto se mantiverem nessa condição. Enquanto perdurar a situação, podem receber, trocar e utilizar os documentos trocados.<sup>68</sup>

Também podem ser designados agentes infiltrados para situações em que, com base em determinados fatos, haja risco de repetição e desde que de outra forma o esclarecimento seja considerado inviável ou ainda se a sua atuação for recomendada e outras formas de investigação forem consideradas inúteis.

---

<sup>68</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 141.

O emprego do agente infiltrado só pode ser admitido quando a promotoria de justiça autorizar. Em caso de perigo de demora, em decorrência da necessidade da manifestação do Ministério Público, deve ser colocada imediatamente em prática, mas deve ser extinta se houver manifestação favorável pelo Ministério Público no prazo de três dias. São necessárias as seguintes diligências: a) que se dirijam contra um suspeito determinado; b) a aprovação do juiz no caso de o agente infiltrado necessitar ingressar em local que não pertença ao domínio público. Em caso de perigo de demora, basta a aprovação do Ministério Público; se a decisão deste não puder ser solicitada em tempo hábil, então pode ser colocada em prática sem demora, mas a medida deve terminar se não houver aprovação do juiz no prazo de três dias; c) a preservação da identidade do agente possa ser mantida mesmo após a conclusão da operação; o promotor e o juiz responsáveis pelo caso podem exigir que na sua presença seja revelada a identidade<sup>69</sup>.

Como se percebe, na Alemanha há uma legislação avançada em que se estabelecem os casos de aplicação dos agentes infiltrados, deixando possíveis situações a critério de análise judicial, com a devida discricionariedade conforme o caso concreto exigir.

Ao contrário da legislação brasileira, a autorização na Alemanha é formulada pelo Ministério Público, pois é do promotor o controle das investigações criminais.

O sistema jurídico alemão também prevê outras figuras semelhantes ao agente infiltrado, dentre elas: a) agentes policiais de investigação encoberta, chamados de *Bavária*; diferenciam-se dos agentes infiltrados por não terem autorização para agirem de forma encoberta por um longo período de tempo; b) os informantes, que, geralmente, não são policiais e sim pessoas que conhecem alguma informação a respeito do crime específico da organização criminosa; na maioria das vezes são pessoas retiradas do seio da organização e que fornecem as informações à autoridade sob garantia de absoluta confidencialidade; e c) pessoas de confiança, que são aquelas que servem à polícia por um período longo de tempo, não somente a respeito de uma informação criminosa, mas também de diversas maneiras que possam envolver a organização criminosa. São criminosos que

---

<sup>69</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 142.

continuam se mantendo na organização criminosa, sob o monitoramento da polícia, e, enquanto isto, prestam informações<sup>70</sup>.

Em regra, nenhum agente infiltrado é autorizado a praticar crimes no âmbito da “infiltração”, exceto em relação ao uso de papéis ou documentos falsos.

## 5.2. NA ITÁLIA

Na Itália, a legislação estabeleceu a previsão dos agentes infiltrados em casos específicos, como por exemplo: a) no tráfico de entorpecentes pelo Decreto, do Presidente da República, de n. 309, de 9 de outubro de 1990, cujo artigo 97 prevê as possibilidades e circunstâncias *a posteriori* após a aquisição de entorpecentes realizada por um dos agentes; b) na Lei, de 3 de agosto de 1998, de n. 269, cujo artigo 14 prevê expressamente a possibilidade de o agente infiltrado, mediante autorização judicial, proceder à aquisição simulada de material pornográfico bem como o relativo a sua intermediação e, ainda, também, simuladamente, a atividades turísticas com a finalidade de obter elementos de prova destas circunstâncias<sup>71</sup>.

## 5.3 NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, é o Ministério Público que determina a prática de infiltração de agentes.

As circunstâncias em que o Procurador Geral da Justiça pode designar agentes infiltrados são para: a) detectar e processar crimes contra os Estados Unidos; b) assistir na proteção do Presidente da República; c) assistir na proteção da pessoa do Procurador Geral da Justiça; d) conduzir outras investigações concernentes a temas oficiais sob o controle do Departamento de Justiça ou

---

<sup>70</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 143.

<sup>71</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 164/165.

Departamento de Estado, que devam ser dirigidas pelo Procurador Geral da Justiça<sup>72</sup>.

A legislação estadunidense estabeleceu a imunidade civil e penal para os agentes policiais que, no exercício de suas atribuições, devidamente autorizados, realizem atos de posse, importação, exportação ou fabricação de substâncias entorpecentes que, se não autorizadas, seriam ilegais.

#### 5.4 NA ESPANHA

A legislação espanhola estabeleceu critérios semelhantes aos dos alemães para a definição de atuação dos agentes infiltrados. A lei é abrangente e apresenta soluções técnicas a respeito da identidade do agente enquanto infiltrado na organização, de quem a fornece, de sua possibilidade de servir como testemunha, do nome falso utilizado, do prazo da infiltração, da sua forma de conduta em face de diligência que atente contra os direitos e garantias individuais, de sua atuação em face da necessidade de praticar algum crime, sem havê-lo provocado, dentre outros. Tanto o juiz como o Ministério Público podem autorizar a infiltração do agente, com falsa identidade, por período de seis meses, prorrogáveis por outros seis.

Joaquin Delgado<sup>73</sup> apresenta uma diferenciação para situações semelhantes que envolvem o mesmo tema de agentes infiltrados, distinguindo-os em quatro formas:

- a) Agente meramente encoberto: agente que investiga a prática de um delito mediante a técnica consistente em ocultar sua condição de policial, sem outras manobras ou instrumentos de infiltração. Normalmente, sua atuação se centraliza na investigação de um fato delituoso isolado, sem estender-se na atividade geral de uma organização criminosa e sem prolongar-se no tempo; freqüentemente aborda os fatos delituosos cometidos por autores isolados, ou pertencentes a pequenas organizações criminosas;

---

<sup>72</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 178.

<sup>73</sup> *Apud* – MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. cit.* 2007, p. 197.

- b) Agente encoberto infiltrado: a sofisticação inerente à atividade das organizações criminosas freqüentemente exige que o agente não somente oculte a sua condição, mas também integre as suas estruturas e participe de suas atividades. O termo mais adequado para definir essa figura é de agente infiltrado, porque ele se introduz sub-repticiamente na organização criminosa;
- c) Agente encoberto infiltrado com identidade suposta: para que o agente encoberto possa se infiltrar de forma adequada na organização criminosa, é necessário que se apresente ante os seus integrantes com identidade falsa. Deparamos, dessa forma, com uma modalidade de agente encoberto infiltrado, na qual ele assume dados que o identificam como outra pessoa diversa daquela que realmente é. A adoção de uma identidade falsa supõe um salto qualitativo nos distintos graus de infiltração policial, porque o próprio poder público utiliza mecanismos por si só delituosos para criar uma identidade falsa.
- d) Agente provocador: esta figura surge quando um agente de polícia, que oculta a sua condição, provoca a prática de um delito, isto é, incita a praticar a infração a quem não tinha previamente tal propósito, originando assim o nascimento de uma vontade criminal no caso concreto, delito que não teria sido praticado sem dita provocação. Assim entendido, poderá ser agente provocador qualquer policial que atue como agente encoberto, infiltrado ou não, com ou sem identidade falsa.

## 6. TEORIA DO DELITO

### 6.1 ASPECTOS FUNDAMENTAIS

A distinção entre o injusto e a imputação do fato começou, conforme Bitencourt<sup>74</sup>, a ser caracterizada na primeira metade do século XIX, seguindo-se de uma classificação tripartida (ação, antijuricidade e culpabilidade) sistematizada por Von Liszt e Beling (este incluiu a tipicidade).

O conceito de antijuricidade objetiva, para o Direito Civil, foi desenvolvida por Ihering no ano de 1867. Mas a adequação desse instituto ao Direito Penal foi feita por Liszt e Beling, com o abandono da antiga teoria da imputação<sup>75</sup>.

Endossa Bitencourt<sup>76</sup> que o primeiro conceito de culpabilidade coube a Merkel. Este conseguiu reunir dolo e culpa sob o conceito de determinação da vontade contrária ao dever.

A tipicidade foi o último predicado na construção da forma quadripartida do conceito de delito, formulado por Beling<sup>77</sup>, segundo o qual “Delito é a ação típica, antijurídica, culpável, submetida a uma cominação penal adequada e ajustada às condições de dita penalidade”.

---

<sup>74</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. **Teoria Geral do Delito**, 1 ed. Revista dos Tribunais. São Paulo: 1997, p. 26

<sup>75</sup> *Op. cit.* 1997, p. 27.

<sup>76</sup> *Op. cit.* 1997, p. 27.

<sup>77</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 27.

O crime foi definido pela doutrina alemã, na segunda metade do século XIX, sob a influência do método analítico e com a ajuda de outros doutrinadores de países, como a Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Áustria e Suíça<sup>78</sup>.

O conceito clássico foi produto do pensamento jurídico característico do positivismo científico, que afastava qualquer valoração filosófica, psicológica e sociológica.

Segundo Cezar Roberto Bitencourt<sup>79</sup>, Von Liszt e Beling criaram o referido conceito, representado por um movimento corporal (ação), produzindo uma modificação no mundo exterior (resultado). Essa estrutura fundamentava-se num conceito de ação eminentemente naturalístico, que vinculava a conduta ao resultado através do nexo de causalidade. E distinguia perfeitamente o aspecto objetivo (tipicidade e antijuricidade) e o aspecto subjetivo (culpabilidade).

Os quatro elementos eram assim descritos:

- a) **Ação**: esse conceito preocupava-se tão somente com o aspecto objetivo da causação do resultado externo. Era puramente descritivo, naturalista e causal, valorativamente neutro.

Citado por Cezar Roberto Bitencourt, Von Liszt<sup>80</sup> definiu a ação como a intervenção muscular produzidas por energias de um impulso cerebral, que, comandadas pela lei da natureza, provoca uma transformação no mundo exterior.

- b) **Tipicidade**: representava o caráter externo da ação, compreendendo somente os aspectos objetivos do fato descrito na lei. Deixava fora todas as circunstâncias subjetivas do delito.

Beling<sup>81</sup> apresentou o tipo e a tipicidade com um caráter descritivo e neutro. Mas Mayer<sup>82</sup>, mesmo mantendo o caráter descritivo inicial, acrescentou que a

<sup>78</sup> Op. cit. 1997, p.28.

<sup>79</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. cit. 1997, p.28.

<sup>80</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. cit. 1997, p.29.

<sup>81</sup> . *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. cit. 1997, p. 29.

<sup>82</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. Op. cit. 1997, p. 29.

tipicidade era um indício de antijuricidade, ou seja, toda conduta é provavelmente antijurídica, salvo se ocorrer uma causa de justificação.

- c) **Antijuricidade**: implicava num juízo de desvalor, uma valoração negativa da ação. Esse caráter valorativo recaía somente sobre o aspecto objetivo.

Era um aspecto puramente formal, isto é, bastava a comprovação de que a conduta fosse típica e de que não concorreria nenhuma causa de justificação.

- d) **Culpabilidade**: limitava-se a comprovar um vínculo subjetivo entre o autor e o fato. Tinha um caráter puramente descritivo.

O conceito neoclássico teve a influência da filosofia neokantiana. Todos os elementos do conceito clássico do crime sofreram transformação, como por exemplo:

a) A antijuricidade passou a ser concebida pelo aspecto material, exigindo-se uma determinada danosidade social. Com esse entendimento, passou-se a graduar o injusto de acordo com a gravidade da lesão produzida. Deixou de ser concebida como a simples contradição da conduta com a norma jurídica e começou a ser estudado um conceito material de antijuricidade, assentado no dano social.

b) A culpabilidade recebeu de Frank<sup>83</sup> a reprovabilidade, pela formação da vontade contrária ao dever, facilitando a solução das questões.

c) A tipicidade, com a descoberta dos elementos normativos, que reconhece os elementos subjetivos do tipo, afastou-se da concepção clássica.

Essa teoria reformulou o velho conceito de ação, dando nova caracterização à função do tipo pela transformação material da antijuricidade e redefinição da culpabilidade, sem alterar o conceito de crime.

---

<sup>83</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 29.



Quem elaborou o conceito finalista foi Hans Welzel<sup>84</sup>. A teoria finalista da ação tem por objetivo eliminar a injustificável separação dos aspectos objetivos e subjetivos da ação e do próprio injusto.

Nessa teoria, todos os elementos subjetivos que integravam a culpabilidade foram retirados, nascendo uma concepção puramente normativa.

O dolo e a culpa deslocaram-se para o injusto, pois foram retirados da culpabilidade.

Na culpabilidade, somente se concentraram circunstâncias que condicionavam a reprovabilidade da conduta contrária ao direito, e o objeto da reprovação situava-se no injusto.

O finalismo distinguiu o dolo e a culpa não mais como elementos ou formas de culpabilidade, mas como integrantes da ação e do injusto pessoal, além da criação de uma culpabilidade puramente normativa.

Welzel<sup>85</sup> entendia que o crime só estaria completo com a presença da culpabilidade.

Então, para o finalismo, o crime é uma ação típica, antijurídica e culpável.

O conceito analítico de crime começou com Carmignani<sup>86</sup> no ano de 1833. Para ele, a ação delituosa compor-se-ia do concurso de uma força física e de uma força moral. A ação executora do dano material do delito estaria na força física, e a culpabilidade e o dano moral do delito estariam na força moral.

Essa construção levou ao sistema bipartido do conceito clássico de crime, dividido em aspectos objetivos e subjetivos.

---

<sup>84</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 29.

<sup>85</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 30.

<sup>86</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 31.

Tal conceito veio a completar-se com a contribuição decisiva de Beling (1906) e a introdução do elemento tipicidade.

Welzel<sup>87</sup> manteve o conceito analítico de crime. Para ele, a culpabilidade é um elemento constitutivo de crime, sem a qual este não se aperfeiçoa.

No Brasil, a primeira obra finalista surgiu em 1970 com João Mastieri, que analisou os crimes contra a vida e fez a divisão entre tipo objetivo e tipo subjetivo.

### 6.1.2 Conceito de crime no Brasil

No Código Penal vigente, não se elaborou uma definição do crime, deixando tal atribuição para as diversas doutrinas de cunho criminal.

A lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro (Decreto-lei n. 3.914/41) traz, em seu art.1º, a seguinte definição de crime:

Considera-se crime a infração penal a que a Lei comina pena de reclusão ou detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração a que a Lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Essa lei limita-se a destacar as características que distinguem as infrações penais consideradas crimes daquelas que constituem contravenções penais, as quais, como se percebe, restringem-se à natureza da pena de prisão aplicável.

Na doutrina penal brasileira, se faz necessária a menção ao conceito trazido por alguns de nossos importantes doutrinadores.

---

<sup>87</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 32.

Damásio<sup>88</sup>, Dotti<sup>89</sup>, Mirabete<sup>90</sup> e Delmanto<sup>91</sup> entendem que o crime, sob o aspecto formal, é um fato típico e antijurídico, sendo a culpabilidade o pressuposto para a aplicação da pena.

Tal fundamento se deve ao fato de que o Código Penal, quando se refere à culpabilidade, especificadamente nos casos em que a afasta, utiliza expressões ligadas à aplicação da pena, a exemplo do art. 26, que descreve:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Do mesmo modo, o artigo 21 (segunda parte), que prescreve: “O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta da pena”.

Segundo GRECO<sup>92</sup>, não só a culpabilidade, mas também o fato típico e a antijuricidade são pressupostos para a aplicação da pena. Em razão das seguintes indagações:

- a) Se, por alguma razão, não houver o fato típico, poderemos aplicar a pena? Obviamente que não, concluindo-se que fato típico também é pressuposto de aplicação de pena.
- b) Se a conduta do agente não for antijurídica, mas sim permitida pelo ordenamento jurídico, poderemos aplicar a pena? Daí conclui-se que a antijuricidade também é um pressuposto para a aplicação da pena.

---

<sup>88</sup> JESUS, Damásio de. **Elementos de Direito Penal**. Parte Geral, 25 ed. Saraiva. São Paulo: 2002, p. 94

<sup>89</sup> DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. Forense. Rio de Janeiro: 2001. 335-339.

<sup>90</sup> MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 20 ed. rev. e atualizada, Atlas. São Paulo: 2003, p. 94.

<sup>91</sup> DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**, Saraiva, Rio de Janeiro: 2002, p. 18-19.

<sup>92</sup> GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral, 3 ed. Impetus, Rio de Janeiro: 2003, p. 158.

Mesmo o Código Penal fazendo o uso de expressões ligadas à aplicação da pena quando se refere às causas dirimentes da culpabilidade, tal opção não quer dizer que o crime é tão-somente um fato típico e antijurídico.

Utiliza-se o termo infração penal para se referir indistintamente às figuras de crime, delito e contravenção.

O sistema jurídico-penal brasileiro adotou critério bipartido, isto é, de um lado, os crimes e os delitos como expressões sinônimas, e, de outro, as contravenções penais.

O legislador adotou um critério de distinção entre a palavra crime e contravenção. O art. 1.º da Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-lei n. 3.914/41) trouxe a seguinte definição:

Art. 1.º Considera-se crime a infração penal a que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativamente ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente.

Não há diferença substancial entre contravenção e crime, existindo apenas um critério político de escolha dos bens a serem protegidos pelo Direito Penal, porque o que hoje é considerado crime amanhã poderá vir a se tornar contravenção e vice-versa.

Para Hungria<sup>93</sup>, as contravenções penais são consideradas delitos-anões, devem em geral tocar as infrações consideradas menos graves, ou seja, aquelas que ofendam bens jurídicos não tão importantes como àqueles protegidos quando se cria a figura típica de um delito.

---

<sup>93</sup> *Apud*- GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 158.

## 6.2 CONDUTA PUNÍVEL

O Código Penal Brasileiro não apresentou um conceito de ação ou omissão, atribuindo essa missão à doutrina.

O conceito de elemento de ação recebeu os primeiros contornos na obra de Luden, em 1840, mas ganhou melhor definição no Manual de Berner em 1857<sup>94</sup>.

Nessa época, não se distinguia claramente ação antijurídica e culpável. Apenas houve a distinção em 1867 com Ihering<sup>95</sup> que reconheceu a antijuricidade, no Direito Civil, com um elemento subjetivo, representando a contrariedade ao juridicamente desejável.

Mas foi Von Liszt quem transferiu esse conceito para o Direito Penal, sendo acrescido da culpabilidade.

A conduta é o primeiro elemento integrante do fato típico. E a ação é o comportamento humano voluntário conscientemente dirigido a um fim.

As duas formas básicas do fato punível são: a ação que viola uma proibição (crime comissivo) e a omissão que descumpre uma ordem (crime omissivo).

Segundo Greco<sup>96</sup>, a ação, ou conduta, compreende qualquer comportamento humano comissivo (positivo) ou omissivo (negativo), podendo ainda ser doloso (quando o agente quer ou assume o risco de produzir o resultado) ou culposa (quando o agente infringe o seu dever de cuidado, atuando com negligência, imprudência ou imperícia).

### 6.2.1 Teorias da ação

<sup>94</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 40.

<sup>95</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 41.

<sup>96</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p.161.

O conceito causal da ação foi desenvolvido por Von Liszt e Beling, e fundamentado por Radbruch<sup>97</sup>.

Para Von Liszt, a ação consiste numa modificação causal do mundo exterior, perceptível pelos sentidos e produzida por uma manifestação de vontade, isto é, por uma ação ou omissão voluntária<sup>98</sup>.

A ação seria um movimento corporal voluntário que causa modificação no mundo exterior. Sem ato de vontade não há ação, não há injusto, não há crime.

Embora essa teoria conseguisse explicar a ação, não conseguia definir a omissão.

Relacionava-se a antijuricidade ao processo causal externo (lesão causal dos bens jurídicos) e a culpabilidade ao conteúdo da vontade (relação anímica do autor com o resultado). Com isso, surgiu, em 1900, o sistema Liszt-Beling-Radbruch<sup>99</sup>.

Mas, com o descobrimento dos elementos subjetivos da antijuricidade e com o reconhecimento de que, na tentativa, o dolo é um elemento subjetivo do injusto, desintegrou-se o sistema clássico que distinguia o causal-objetivo e o anímico subjetivo, porque se o dolo pertence ao injusto da tentativa, não pode ser somente elemento da culpabilidade na consumação.

Essa teoria encontrou barreiras em relação ao crime culposos, pois a compreensão do fator decisivo do injusto é o desvalor da ação.

Mezger<sup>100</sup> acusou a influência da filosofia neokantiana, argumentando que o conceito causal de ação não é puramente neutro, pois leva implícito um elemento valorativo, ao exigir que o fazer ou deixar de fazer sejam voluntários.

---

<sup>97</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 41.

<sup>98</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 41.

<sup>99</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 41.

<sup>100</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 41.

Welzel elaborou a teoria final da ação tendo como mérito superar a separação dos aspectos subjetivos e objetivos da ação e do próprio injusto. Para ele, a ação é um acontecer final e não puramente causal<sup>101</sup>.

Esse caráter final baseia-se em que o homem, graças ao seu saber causal, pode prever, dentro de certos limites, as conseqüências possíveis de sua conduta, ou seja, pode dirigir os diferentes atos de sua atividade de tal forma que oriente o acontecer causal exterior a um fim e assim o determinar finalmente.

Segundo Greco<sup>102</sup>, é a ação um comportamento humano voluntário, dirigido a uma finalidade qualquer. Para exemplificar, o homem, quando atua, dirige a sua conduta sempre a determinada finalidade, que pode ser ilícita (quando atua com dolo) ou lícita (quando não quer cometer delito algum, mas que, por negligência, imprudência ou imperícia, causa um resultado lesivo previsto pela Lei Penal).

A vontade finalista pertence à ação, que corresponde à vontade tendente à produção de determinado fim, pertence à conduta, primeiro elemento do fato típico. A vontade abrange:

- a) O objetivo que o agente pretende alcançar;
- b) Os meios empregados;
- c) As conseqüências secundárias.

O nexos finalista só se estende a esses elementos. E os elementos não propostos pela vontade regem o princípio causal.

A teoria finalista preocupava-se com o conteúdo da vontade, o dolo, como também com a culpa. As ações que, produzindo um resultado causal, são devidas à inobservância do mínimo de direção finalista no sentido de impedir a produção de tal conseqüência, ingressam no rol dos delitos culposos.

---

<sup>101</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 162.

<sup>102</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 162.

Welzel<sup>103</sup> entendeu que não somente a intenção, como também o dolo, pertence à ação e ao tipo. Se nos crimes com elementos subjetivos do injusto o dolo pertence à ação e ao tipo penal, por que nos outros crimes sem esses elementos pertenceriam à culpabilidade? Diante disso, a teoria finalista teve por necessidade incluir o dolo na ação (conduta) e no tipo penal.

Pela simples apreciação subjetiva, não se pode dizer qual o tipo penal realizado se, por exemplo, um homem empregando um fuzil atirar em outro, matando-o. Nesse caso, pode tratar-se de homicídio doloso, se o agente quis o resultado morte ou assumiu o risco de produzi-la; pode tratar-se de erro de tipo invencível, se pelas circunstâncias foi levado a crer que era o vulto de um animal; pode ser um homicídio culposos; ou um erro de fato provocado por terceiro; ou crime de disparo de arma de fogo.

Portanto, somente após a análise do conteúdo da vontade é que se pode afirmar que houve tipo penal.

Em face disso, a vontade final, isto é, o dolo, faz parte do tipo, funcionando como elemento subjetivo.

Nos crimes culposos, o fim pretendido pelo agente geralmente é irrelevante, mas não os meios escolhidos ou a forma de sua utilização. Como por exemplo, o homem que dirige um veículo e causa, de forma não dolosa, a morte de um pedestre, realiza uma ação finalista: conduzir o veículo. O fim da ação – ir a um lugar determinado – é jurídico – penalmente irrelevante. O meio escolhido – o automóvel – também é. No entanto, é jurídica – penalmente relevante – a forma de utilização do meio, se o motorista o conduz em alta velocidade.

Essa teoria trouxe as seguintes consequências:

- a) A inclusão do dolo (sem a consciência de ilicitude) e da culpa nos tipos de injustos (doloso ou culposos);

---

<sup>103</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 162.



b) O conceito pessoal de injusto: o desvalor pessoal da ação do agente, que se manifesta pelo dolo do tipo ou pela culpa;

c) A culpabilidade puramente normativa.

Para essa teoria, a ação é a realização de um resultado socialmente relevante, questionado pelos requisitos do direito e não pelas leis da natureza. Assim, a ação nada mais é que a causação de um resultado, não importando qual. O conteúdo da vontade não pertence à ação, mas sim à culpabilidade.

Essa teoria não resolveu o problema da tentativa e do crime omissivo, pois deu importância ao desvalor do resultado e não ao desvalor da conduta.

Se a ação é a causação de um resultado socialmente relevante, não há diferença entre uma conduta de homicídio doloso e um comportamento de homicídio culposo. Essa diferença será feita na culpabilidade e não na ação ou no fato típico.

### 6.3 FASES DA EVOLUÇÃO DA TEORIA DO TIPO

A compreensão do tipo foi criada por Beling<sup>104</sup>, em 1906, revolucionando completamente o Direito Penal, porque reelaborou todo o conceito analítico de crime. Este autor tornou a tipicidade independente da antijuricidade e da culpabilidade.

O conceito de tipo passou por várias fases, dentre elas:

a) Fase da independência:

Antes de Beling<sup>105</sup>, a tipicidade compreendia o delito em sua integralidade, com todos os seus elementos. Porém, este autor concebeu a tipicidade como função meramente descritiva, ou seja, totalmente separada da antijuricidade e da culpabilidade. Ele entendia que com a adequação do fato a uma norma penal

---

<sup>104</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 77.

<sup>105</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 79.

incriminadora, passava-se a um segundo momento para a análise valorativa da característica da antijuricidade e, posteriormente, se analisava a reprovabilidade da conduta, que constitui a culpabilidade. O tipo esgotava-se na descrição da imagem externa de uma ação determinada. Então, a proibição era causar o resultado típico, e a antijuricidade era o choque de causação com a ordem jurídica, que se comprovava com a ausência de causa justificadora.

b) Fase do caráter indiciário da antijuricidade:

A segunda fase da teoria da tipicidade surge com Mayer<sup>106</sup> no Tratado de Direito Penal publicado em 1915. Para ele, a tipicidade não tem somente função descritiva, mas contém indícios de antijuricidade. Apesar de esse autor conceber a separação entre tipicidade e antijuricidade, admitia também que o fato de uma conduta ser típica representa um indício de antijuricidade. Segundo ele, quem realiza o tipo provavelmente infringe o direito, embora tal indício não se insira na proibição. Por isso, a tipicidade é a *ratio cognoscendi* da antijuricidade, isto é, a adequação do fato ao tipo faz surgir o indício de que a conduta é antijurídica, a qual, no entanto, cederá ante a configuração de uma causa de justificação.

Essa teoria decretou a falência do conceito de tipo descritivo-objetivo de Beling. O tipo passou a ser resultado de juízo de valor<sup>107</sup>.

c) Fase da *ratio essendi* da antijuricidade:

Essa teoria surgiu em 1931 com Mezger<sup>108</sup>, que publicou o Tratado de Direito Penal, concebendo a estrutura bipartida do delito. Este autor incluiu a tipicidade na antijuricidade, de forma que crime é a ação tipicamente antijurídica e culpável. Portanto, tipicidade e antijuricidade se unem de tal forma que a primeira é a razão de ser da segunda. Para ele, a antijuricidade da ação é uma característica do delito, mas não uma característica do tipo, pois podem existir ações que não são antijurídicas. A doutrina dele passou a adotar a ação típica, antijuricidade típica, culpabilidade típica. Então, quando se atribui ao tipo a função constitutiva de

<sup>106</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 79.

<sup>107</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 79.

<sup>108</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 79.

antijuricidade, se esta for negada, também o será a tipicidade. Defendia-se que, praticado um fato típico, presume-se antijurídico se não ocorrer uma causa de justificação.

d) Fase defensiva:

Beling<sup>109</sup> ampliou e reformulou sua teoria do tipo em 1930, estabelecendo a distinção entre tipo de delito e tipicidade. Os delitos-tipo são puramente descritivos porque neles ainda não se expressa a valoração jurídica que os qualifica como antijurídicos. A tipicidade não se encontra alojada nem na parte objetiva nem na subjetiva do delito, sendo um modelo conceitual extraído do acontecimento externo.

e) Fase do finalismo: tipicidade complexa.

Nessa fase, o tipo passa a ser complexo, formado por uma parte objetiva (tipo objetivo) composta pela descrição legal, e outra parte subjetiva (tipo subjetivo) constituída pela vontade reitora, com dolo ou culpa acompanhados de quaisquer outras características subjetivas.

Para Bitencourt<sup>110</sup>, o tipo é o conjunto dos elementos do fato punível descrito na lei penal. O tipo exerce uma função limitadora e individualizadora das condutas humanas penalmente relevantes.

Na verdade, o tipo é uma construção surgida da imaginação do legislador que descreve legalmente as ações que considera, em tese, delitivas. Cada tipo contém características próprias que os distinguem uns dos outros, tornando-os todos inconfundíveis, não se admitindo a adequação de uma conduta que não lhe corresponda perfeitamente.

Welzel<sup>111</sup> entendia que tipo é a descrição concreta da conduta proibida (do conteúdo da matéria da norma). É uma figura puramente conceitual.

<sup>109</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 80.

<sup>110</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto *Op. cit.* 1997, p. 82.

<sup>111</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 83.

Greco<sup>112</sup> denomina a palavra “tipo” como o modelo, o padrão de conduta que o Estado, por meio de seu único instrumento, a lei, visa impedir que seja praticada, ou determina que seja levada a efeito por todos nós.

Na definição de Zaffaroni<sup>113</sup>, o tipo penal é um instrumento legal, logicamente necessário e de natureza predominantemente descritiva, que tem por função a individualização das condutas humanas penalmente relevantes.

Segundo Damásio de Jesus<sup>114</sup>, o tipo é o conjunto de elementos descritivos do crime contidos na lei penal. Varia conforme o crime considerado. Assim, por exemplo, no crime do art. 155 do código Penal, o tipo de furto é o conjunto de elementos da conduta punível definido pela Lei: “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel”.

Constata-se que o tipo é o começo de toda construção jurídico-penal objetiva ou subjetiva. Quando se analisa o crime sob o aspecto objetivo e subjetivo, parte-se sempre do conceito da figura típica: a antijuricidade e a culpabilidade. Portanto, o tipo:

- a) Cria o mandamento proibitivo (norma implícita na norma incriminadora);
- b) Concretiza a antijuricidade;
- c) Assinala o injusto;
- d) Limita o injusto;
- e) Limita o *iter criminis*, marcando o início e o término da conduta, assinalando os seus momentos penalmente relevantes;
- f) Ajusta a culpabilidade ao crime considerado;
- g) Constitui uma garantia legal, pois não há crime sem tipicidade.

---

<sup>112</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 169.

<sup>113</sup> Zaffaroni, Raul Eugênio. **Manual de Direito Penal Brasileiro** V. 1. Parte Geral. 6 ed. Revista dos Tribunais, São Paulo: 2006, p 381.

<sup>114</sup> JESUS, Damásio de. *Op. cit.* 2002, p. 269.

Tipicidade é a conformidade do fato praticado pelo agente que se encaixa perfeitamente na moldura abstrata descrita na lei penal. Consiste na correspondência entre o fato praticado pelo agente e a descrição de cada espécie de infração contida na lei penal incriminadora.

Por sua vez, juízo de tipicidade é uma operação que consiste em verificar se determinada conduta contém os requisitos que a lei exige, para qualificá-la como infração penal. Com isso, para que haja uma adequação correta é sempre necessário indagar a que figura típica se deve atender entre as muitas que em regra podem ser aplicadas a determinado comportamento.

A adequação típica se apresenta sob duas formas:

- a) Adequação típica de subordinação imediata;
- b) Adequação típica de subordinação mediata, por extensão ou ampliada.

Na adequação típica de subordinação imediata, o fato se enquadra no modelo legal imediatamente, sem que para isso seja necessária outra disposição. Exemplo: A mata B. O fato se amolda à figura legal do homicídio (artigo 121 do Código Penal), sem que para a subsunção se exija o concurso de qualquer outra norma.

E na adequação típica de subordinação mediata, o fato não se enquadra imediatamente na norma penal incriminadora considerada, necessitando para isso do concurso de outra disposição. Assim, por exemplo, na tentativa de homicídio, o fato não se amolda de maneira imediata no art. 121, havendo necessidade de empregar-se a norma contida na parte geral que o descreve. Portanto, há uma ampliação temporal da figura típica, uma vez que com o concurso de outra disposição, o tipo não abrange somente o momento consumativo do crime (morte da vítima), estendendo-se também ao momento anterior em que a conduta se dirigia à completa realização do modelo legal.

Na descrição da ação típica, está implícito um juízo de valor porque o tipo penal abrange todos os elementos que fundamentam o injusto.

O tipo penal é composto de elementos puramente objetivos (descritivos), elementos normativos e subjetivos.

Eles são descritos da seguinte forma:

- a) Elementos objetivos-descritivos: são identificados pela simples constatação sensorial, referem-se à materialidade da infração penal, no que concerne à forma de execução, tempo e lugar. O tipo é composto de um verbo que expressa a conduta, como, por exemplo, “matar”. Às vezes o verbo não indica uma conduta injusta, transferindo-se tal prerrogativa para outros elementos do tipo, é o que ocorre com o art. 346 do CP que diz: “Tirar, suprimir, destruir ou danificar coisa própria, que se acha em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção”. O verbo “tirar” só adquire a antijuricidade quando a coisa é própria e se encontra em poder de terceiro por determinação judicial ou convenção;
- b) Elementos normativos do tipo: Mayer foi o primeiro a admitir a existência dos elementos normativos do tipo, sendo depois desenvolvida por Mezger<sup>115</sup>. Esses elementos não se limitam a descrever o natural, mas implicam um juízo de valor. Apresentam-se sob a forma de referência ao injusto (“indevidamente” referente ao art. 319 do CP), sob a forma de termos jurídicos (“documento”, referente ao art. 299, caput, do CP) ou extrajurídicos (“dignidade”, referente ao art. 140, caput, do CP);
- c) Elementos subjetivos do tipo: significa que o tipo possui um elemento subjetivo, referente à situação anímica do sujeito, que condiciona a tipicidade do fato.

## 6.4 NOÇÃO DE ANTIJURICIDADE

---

<sup>115</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 88.

A formulação de antijuricidade como conceito autônomo teve sua origem com Ihering no ano de 1867<sup>116</sup>. Ele distinguiu duas formas de contrariedade ao ordenamento jurídico: uma objetiva e outra subjetiva. Desenvolveu a teoria que diferencia a antijuricidade, entendida como expressão dos elementos objetivos, da culpabilidade, entendida como expressão dos elementos subjetivos.

Ihering percebeu que a posição de possuidor de boa-fé era diferente da do ladrão. Ao primeiro, precisamente por sua boa-fé, não se lhe pode reprovar por ter em seu poder a coisa alheia, enquanto o segundo, sim. Apesar disso, não se pode considerar a situação do possuidor de boa-fé, conforme ao direito. A posição do possuidor é antijurídica, mas não é culpável e a do ladrão que subtraiu a coisa alheia, além de ser antijurídica é também culpável<sup>117</sup>.

A antijuricidade limita-se à caracterização do fato, sendo um juízo do acontecer e não sobre a personalidade.

Welzel estabeleceu uma distinção entre normatividade e antijuricidade. Para ele, a eventual realização da conduta, descrita no tipo de uma norma proibitiva, caracteriza uma contradição com a exigência da norma, originando a antinormatividade da conduta, e toda realização do tipo de uma norma proibitiva é certamente antinormativa, mas nem sempre é antijurídica, em razão de que o ordenamento jurídico não se compõe somente de normas proibitivas, mas também de preceitos permissivos. Assim, a antijuricidade seria a contradição da realização do tipo de uma norma proibitiva com o ordenamento jurídico em seu conjunto (não somente com a norma isolada)<sup>118</sup>.

Para Von Listz, a antijuricidade formal é todo comportamento humano que viola a norma penal, ao passo que antijuricidade material é o comportamento humano que fere o interesse social tutelado pela própria norma<sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 115.

<sup>117</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 115.

<sup>118</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 115.

<sup>119</sup> *Apud* - BITENCOURT, Cezar Roberto. *Op. cit.* 1997, p. 115.

A antijuricidade material corresponde a uma lesão produzida pelo comportamento humano que fere o interesse jurídico protegido. Essa lesão deve ser entendida como a contradição do valor ideal que a norma jurídica deve proteger. Enquanto que a antijuricidade formal confunde-se com a própria tipicidade, pois a contradição entre o comportamento humano e a lei penal exaure-se no primeiro elemento do crime, que é o fato típico.

Para que ocorra o crime é preciso que o agente tenha cometido um fato típico, antijurídico e culpável.

Para Welzel<sup>120</sup>, a tipicidade, a antijuricidade e a culpabilidade são três elementos que convertem uma ação em um delito. A culpabilidade (responsabilidade pessoal por um fato antijurídico) pressupõe a antijuricidade do fato, do mesmo modo que esta deve estar concretizada em tipos penais. A tipicidade, a antijuricidade e a culpabilidade estão relacionadas logicamente de tal modo que cada elemento posterior do delito pressupõe anterior.

Segundo a teoria *ratio cognoscendi*, a tipicidade exerce uma função indiciária da ilicitude, pois, segundo ela, quando o fato for típico, provavelmente também o será antijurídico. A regra é de que quase sempre o fato típico também será antijurídico, somente se concluindo pela ilicitude da conduta típica quando o agente atuar amparado por uma causa de justificação. Essa teoria prevalece entre os doutrinadores. Como exemplo, se “A”, agindo com *animus defendendi*, sacar um revólver que trazia consigo e, visando repelir a agressão injusta que estava sendo praticada contra a sua pessoa, atira e causa a morte de “B”, o fato praticado por “A” é típico, o que indicaria a sua ilicitude. Contudo, embora típico, não é ilícito, ou seja, não é contrário ao ordenamento jurídico penal, em face da presença da norma permissiva prevista no artigo 23, II, do Código Penal<sup>121</sup>.

O Código penal brasileiro previu expressamente, em seu artigo 23, as quatro causas que afastam a ilicitude da conduta praticada pelo agente, fazendo com que o fato por ele cometido seja considerado lícito, dentre eles: o estado de necessidade,

---

<sup>120</sup> *Apud* - GRECO, Rogério. *Op. cit.*, p. 346.

<sup>121</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit* 2003, p. 347.



a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal e o exercício regular do direito.

Além dessas causas que encontram amparo na lei penal, outras existem que não estão expressamente previstas em lei, sendo chamadas de **causas supralegais** de exclusão da ilicitude.

Cada causa que tem por finalidade excluir a ilicitude da conduta praticada pelo agente vem impregnada de elementos de ordem objetiva e subjetiva que, para a sua efetiva caracterização, devem se fazer presentes. Os de ordem objetiva são aqueles expressos, ou implícitos, mas determinados pela lei penal. E também, deve o agente saber que atua amparado por uma causa que exclua a ilicitude da conduta, sendo este, o requisito de ordem subjetiva.

A lei somente definiu os conceitos de legítima defesa e estado de necessidade.

Welzel<sup>122</sup> assim entendia sobre os requisitos de ordem subjetiva e objetiva:

As causas de justificação possuem elementos objetivos e subjetivos. Para a justificação de uma ação típica não basta que se dêem os elementos objetivos de justificação, senão que o autor deve conhecê-los e ter, ademais, as tendências subjetivas especiais de justificação. Assim, por exemplo, na legítima defesa e no estado de necessidade (justificante), o autor deverá conhecer os elementos objetivos de justificação (a agressão atual e o perigo atual) e ter a vontade de defesa ou de salvamento. Se faltar um ou outro elemento subjetivo de justificação, o autor não se justifica apesar da existência dos elementos objetivos de justificação.

## **7. A EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE PENAL DO AGENTE INFILTRADO PELA PARTICIPAÇÃO NO CRIME ORGANIZADO**

---

<sup>122</sup> *Apud* - GRECO, Rogério. *Op. cit.*, p. 349.

## 7.1 NOÇÕES GERAIS

Nos dizeres de Damásio de Jesus, responsabilidade penal não se relaciona com a presunção de dolo e culpa e sim com o nexo de causalidade entre a conduta e o resultado jurídico (lesão ou perigo de lesão jurídica).<sup>123</sup>

O legislador não disciplinou a questão da responsabilidade penal do agente infiltrado. Os desdobramentos da infiltração podem ser imprevisíveis, pois, o agente ao atuar em uma quadrilha, já estaria incorrendo na figura típica do artigo 288 do Código Penal. Mas, se é a própria legislação federal (lei 9.034/95) que permite ao agente policial ou de inteligência atuar em um agrupamento criminoso, sentido algum haveria em se lhe imputar a prática de delitos.<sup>124</sup>

Para José Barbosa Tourinho, há o afastamento da responsabilidade penal do agente referente aos crimes praticados por este enquanto membro da organização criminosa.<sup>125</sup>

Embora a conduta pelo agente seja típica (ao se associar em quatro ou mais pessoas para a prática de crimes a ação estaria tipificada no artigo 288 do código penal), não se apresentaria ela contrária ao ordenamento jurídico. Ao revés convergiria com a vontade do legislador, plasmada no inciso V do artigo 2º da lei 9.034/95 (norma permissiva). Não seria razoável admitir-se uma infiltração em associação criminosa, sem que permitisse ao agente dela fazer parte. Em tal situação, ou a norma proíbe (artigo 288 do código penal) ou ela permite (artigo 2º, V, da lei 9.034/95) a participação do agente na quadrilha ou bando.<sup>126</sup>

Segundo Jayme José de Souza Filho a responsabilidade penal do agente se subdivide em duas situações: a primeira diz respeito à participação do agente

---

<sup>123</sup> JESUS, Damásio de. *Op. cit* 2002, p. 283.

<sup>124</sup> TOURINHO, José Lafaieti Barbosa. **A infiltração de agentes em quadrilhas ou bandos, organizações ou associações criminosas**. Acesso em 10.07.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br).

<sup>125</sup> TOURINHO, José Lafaieti Barbosa. *Op. Cit*.

<sup>126</sup> TOURINHO, José Lafaieti Barbosa. *Op. Cit*.

infiltrado no cerne de uma coletividade criminosa de qualquer tipo sem cometer nenhum outro ato que importe em eventual prática delituosa. Nestas situações, não é possível a responsabilização do agente infiltrado pela prática de crimes de quadrilha ou bando (artigo 288 do código penal) ou qualquer outro crime associativo previsto na legislação penal extravagante, como os capitulados nos artigos 2º, III, da lei 2.889/56 (Lei de Genocídio), artigos 16 e 24 da lei 7.170/83 (Lei de Segurança nacional) e artigo 8º da lei 8.072/90 (Lei dos Crimes hediondos), isto porque estará a ação do agente infiltrado em consonância com o exercício regular do direito, sendo esta uma excludente da antijuricidade.<sup>127</sup>

Uma vez que, o agente infiltrado assim procede autorizado judicialmente com base em uma norma permissiva (inciso V do artigo 2º da lei 9.034/95. A segunda situação diz respeito ao fato de o agente infiltrado encontrar-se em situação a qual tenha que cometer um ilícito para prosseguir o seu intento (obtenção de informações ou provas que visem o desmantelamento da organização) ou preservar sua integridade física que se encontre ameaçada pelo grupo criminoso. Em que pese as divergências doutrinárias, a melhor resolução se encontra no campo da culpabilidade, pois estaria o agente em face de uma inexigibilidade de conduta diversa. Deste modo, existiria a ação delituosa, não sendo viável sua censurabilidade. Há neste caso uma dirimente supralegal, restando demonstrado uma situação anormal criada pelo exercício de uma função legítima e autorizada. Sendo a inexigibilidade da conduta diversa um verdadeiro princípio da culpabilidade, não torna-se coerente limitá-lo a previsão legal, sob pena da violação de seu maior princípio "*nullum crime sine culpa*".<sup>128</sup>

Segundo José Barbosa Tourinho, o Juiz ao conceder a autorização e ao delimitar o mandato conferido ao agente, de certa forma limita a atividade deste. Destarte, se ao agente foi dada a missão de investigar uma quadrilha de receptadores de veículos furtados ou roubados, no Máximo poderia também receber ou adquirir tais produtos. Não poderia, por exemplo, praticar homicídios alegando

---

<sup>127</sup> FILHO, Jayme José de Souza. **Investigação Criminal à luz da lei 9.034/95. A atuação de agentes infiltrados e suas repercussões penais.** Acesso em 10.07.07. Disponível em [www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol\\_02/ANO1\\_VOL\\_2\\_07.pdf](http://www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol_02/ANO1_VOL_2_07.pdf) -

<sup>128</sup> FILHO, Jayme José de Souza. *Op. Cit.*

que estava participando das atividades da quadrilha, pois a sua atuação era na esfera daqueles crimes contra o patrimônio.<sup>129</sup>

Segundo Damásio de Jesus e Fábio Ramazzini Bechara, a conduta do agente infiltrado pode se manifestar de diversas formas na organização criminosa. Ele pode simplesmente ter o papel de informante, transmitindo as informações das quais tem conhecimento para a autoridade que investiga a associação criminosa de modo a possibilitar o desmantelamento da organização ou a identificação e punição de seus integrantes. Se por exemplo, o agente provocar a ação ou omissão de uma ou mais pessoas que integram a organização criminosa, induzindo e interferindo diretamente no ânimo decisivo delas, a hipótese, nesse caso, seria de flagrante preparado ou provocado, e o agente seria responsabilizado penalmente pelo abuso cometido pelo abuso cometido, mas ninguém responderia pela infração penal pretendida. Aqui é manifesta a concordância determinante do agente para a prática do crime<sup>130</sup>.

Em uma terceira situação, em que o agente infiltrado ingressa numa organização criminosa que vinha praticando determinado tipo de delito, antes de sua entrada, sua intervenção significa a criação indutora da vontade do sujeito provocado, que já preexistia, de sorte que a atuação do agente visa simplesmente facilitar o cometimento do delito, não induzir a sua prática. Nesse caso, verifica-se a anterioridade da ação criminosa em relação à intervenção do agente. Então, este não responderia pelo delito cometido<sup>131</sup>.

Discute-se, entretanto, qual seria a natureza jurídica da exclusão de responsabilidade penal do agente infiltrado. É possível identificar as seguintes soluções<sup>132</sup>:

- j) Causa de exclusão da culpabilidade, por inexigibilidade de conduta diversa. Isso porque, se o agente tivesse decidido não participar da

---

<sup>129</sup>TOURINHO, José Lafaleti Barbosa. *Op. Cit.*

<sup>130</sup>JESUS, Damásio de; BECHARA, Fábio Ramazzini. *Agente Infiltrado: reflexos penais e processuais*. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus. Disponível em: [www.damasio.com.br](http://www.damasio.com.br). Acesso em 10/06/07.

<sup>131</sup>JESUS, Damásio de; BECHARA, Fábio Ramazzini. *Agente Infiltrado: reflexos penais e processuais*. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus. Disponível em: [www.damasio.com.br](http://www.damasio.com.br). Acesso em 10/06/07.

<sup>132</sup> JESUS, Damásio de; BECHARA, Fábio Ramazzini. *Op. Cit.*

organização criminosa, poderia ter comprometido a finalidade perseguida com a infiltração, ou seja, não havia alternativa senão a prática do crime;

- k) Causa de excludente da ilicitude, uma vez que o agente infiltrado atua em estrito cumprimento do dever legal;
- l) Inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

Mas, para que o agente infiltrado não seja responsabilizado por suas condutas é necessária a observação de certas exigências: 1) a atuação do agente precisa ser judicialmente autorizada; 2) a atuação do agente que comete a infração deve ser necessária e indispensável para o desenvolvimento da investigação, além de ser proporcional à finalidade perseguida, de modo a evitar os abusos ou excessos; 3) o agente não pode induzir ou instigar membros da organização criminosa a cometer crimes, o que configuraria um delito provocado. O provocador poderia responder pelo crime de abuso de autoridade.

## 7.2 CAUSAS LEGAIS DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE DO AGENTE INFILTRADO POR INEXIGIBILIDADE DE OUTRA CONDUTA

Segundo Rogério Greco<sup>133</sup>, a culpabilidade é o juízo de reprovação pessoal que se realiza sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente.

Nas lições de Zaffaroni<sup>134</sup>, todas as causas de inculpabilidade são hipóteses em que não se pode exigir do autor uma conduta conforme o direito.

---

<sup>133</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 420.

<sup>134</sup> ZAFFARONI, Raul Eugênio *Op. cit.* 2006, p. 558.

O código penal prevê algumas causas legais que excluem a culpabilidade, dentre as quais: coação irresistível, obediência hierárquica e o aborto, quando a gravidez é resultante de estupro. O artigo 22, desse diploma legal, dispõe sobre a coação irresistível e a obediência hierárquica nos seguintes termos: “Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência a ordem não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, só é punível o autor da coação ou da ordem”.

Para Rogério Greco, a coação mencionada no artigo 22 é aquela de natureza moral (*vis compulsiva*), e não física (*vis absoluta*). Isso porque a coação física afasta a própria conduta do agente, por ausência de dolo ou culpa. É o caso daquele que, após colocar o dedo do coagido no gatilho de uma arma de fogo, faz o movimento de disparo puxando-lhe o dedo para trás e, com isso, causa a morte da vítima. No caso de coação moral irresistível, o coagido pratica, geralmente, um fato típico e antijurídico. O injusto penal por ele cometido é que não lhe poderá ser imputado, pois, em virtude da coação a que foi submetido, não se lhe podia exigir uma conduta conforme o direito. Como exemplo, o agente que é obrigado a causar a morte de alguém, pois, caso contrário, seu filho seria morto, uma vez que se encontrava nas mãos dos seqüestradores, que exigiam tal comportamento do coagido, sob pena de cumprirem a ameaça de morte da criança que com eles se encontrava seqüestrada. Nesse caso, quando o coagido vai a procura da vítima e contra ela efetua os disparos exigidos pelos seqüestradores, o fato por ele praticado é ilícito e típico. Entretanto, o resultado morte não lhe poderá ser imputado, haja vista que o código penal determina somente a punição do autor da coação moral irresistível (seqüestradores). O coagido atua, na verdade, como mero instrumento nas mãos do coator, sendo este último considerado autor mediato<sup>135</sup>.

A estrita obediência à ordem não manifestamente ilegal de superior hierárquico afasta a culpabilidade do agente em virtude de não lhe ser exigível, nessas condições, um comportamento conforme o direito. Para que possa ser beneficiado com essa causa legal de exclusão da culpabilidade, é preciso, nos termos do artigo 22 do Código Penal, a presença de vários requisitos, a saber: a)

---

<sup>135</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 457/458

que a ordem seja proferida por superior hierárquico; b) que essa ordem não seja manifestamente ilegal; c) que o cumpridor da ordem se atenha aos limites da ordem<sup>136</sup>.

Frederico Marques entende que quando se fala em obediência hierárquica é preciso que exista dependência funcional do executor da ordem dentro do serviço público, em relação a quem lhe ordenou a prática do ato delituoso. Isso quer significar que não há relação hierárquica entre particulares<sup>137</sup>.

Aquele, portanto, que cumpre ordens não manifestamente ilegais não pode ser por elas responsabilizado, uma vez que não lhe era exigível, no caso concreto, ter outra conduta senão aquela determinada pelo seu superior hierárquico. Afasta-se a culpabilidade do agente, por ser inexigível outro comportamento.

### 7.3 INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA COMO CAUSA SUPRALEGAL DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE

As causas supralegais de exclusão da culpabilidade são aquelas que, embora não estejam previstas expressamente em algum texto legal, são aplicadas em virtude dos princípios informadores do ordenamento jurídico.

Para Rogério Greco, a nossa legislação penal não proíbe a utilização do argumento da inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da culpabilidade. Como exemplo, um determinado preso foi ameaçado de morte pelo

---

<sup>136</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 458/459.

<sup>137</sup> MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal**, volume 2, Millenium: 1997, p. 310.

chefe da rebelião que estava acontecendo na penitenciária, se, por acaso, não atendesse as reivindicações dos outros detentos; ao perceber que o preso que o havia ameaçado estava dormindo por alguns instantes, apavorado com a possibilidade de morrer, aproveita-se desta oportunidade e o enforca, matando-o. Neste caso, o detento que causou a morte daquele que o havia ameaçado não pode alegar legítima defesa, uma vez que a agressão anunciada era futura, e não iminente como exige o artigo 25 do Código Penal. Futura porque até poderia não acontecer caso as exigências dos presos fossem atendidas. O fato, portanto, é típico e ilícito. Contudo, podemos afastar a reprovabilidade sobre o injusto praticado pelo agente sob o argumento da inexigibilidade da conduta diversa. E como essa causa não vem expressa em nosso ordenamento jurídico-penal, deve-se entendê-la como supralegal<sup>138</sup>.

#### 7.4 CAUSA DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE QUANDO O AGENTE INFILTRADO ATUA EM ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL

Segundo dispõe a primeira parte do inciso III do artigo 23 do Código Penal, não há crime quando o agente pratica o fato no estrito cumprimento do dever legal.

O código não definiu o conceito de estrito cumprimento do dever legal, portanto, para caracterizá-lo exige-se a presença de elementos objetivos e subjetivos.

---

<sup>138</sup>. GRECO, Rogério. *Op. cit.* 2003, p. 463.



Para Rogério Greco<sup>139</sup>, em primeiro lugar, é preciso que haja um dever legal imposto ao agente, dever este que, em geral, é dirigido àqueles que fazem parte da Administração Pública, tais como os policiais e os oficiais de justiça. Em segundo lugar, é necessário que o cumprimento a esse dever se dê nos exatos termos impostos pela lei, não podendo ultrapassá-los.

Damásio de Jesus dá exemplos de dever legal imposto a funcionário ou agentes do Estado: a) fuzilamento do condenado pelo executor: a conduta do carrasco é típica, uma vez que se enquadra na descrição do crime de homicídio, mas, a antijuricidade é excluída pelo cumprimento do dever legal; b) morte do inimigo no campo de batalha; c) prisão em flagrante realizada pelo policial. A excludente só ocorre quando há um dever imposto pelo direito objetivo. O dever pode estar contido em regulamento, decreto ou qualquer ato emanado do poder público, desde que tenha caráter geral<sup>140</sup>.

Segundo Marcelo Batlouni Mendroni, a exclusão de antijuricidade é evidente e inafastável, pois havendo autorização para a infiltração do agente, que significa integrar a organização criminosa, mas para fins de investigação criminal, que serve aos fins dos órgãos de persecução, ele não estaria na verdade integrando a organização criminosa, mas sim dissimulando a sua integração com a finalidade de coletar informações e melhor viabilizar o seu combate<sup>141</sup>.

Pelo exposto, verifica-se que a complexidade apresentada pelo tema somente tornar-se-á pacificada quando o legislador explicitamente regular o assunto, assim como fizeram países como Estados Unidos, Alemanha, Itália e Espanha.

---

<sup>139</sup> GRECO, Rogério. *Op. cit.*, 2003, p. 406.

<sup>140</sup> JESUS, Damásio de. *Op. cit.* 2002, p. 399.

<sup>141</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Op. Cit.* 2007, p. 54/55.

## **8. CONCLUSÃO**

Conforme já demonstrado, a criminalidade avança a cada dia utilizando-se de recursos financeiros, tecnológicos e organizacionais disponíveis na sociedade. Por isso, para acabar com o crime organizado, necessário se faz à criação de institutos e procedimentos investigativos adequados a sua evolução.

Então, o legislador brasileiro criou a lei 9.034/95, posteriormente alterada pela lei 10.217/01, para prevenir e reprimir as ações ilícitas praticadas pelas organizações criminosas.

A lei 10.217/01 inovou ao prever a figura do agente infiltrado, como um método operacional investigativo de grande importância na repressão criminal pretendida. Essa infiltração deve ser autorizada judicialmente e as provas produzidas durante a execução serão utilizadas no inquérito policial e não ação penal.

A autorização judicial será sigilosa, delimitando a atuação do agente infiltrado, garantindo assim a sua segurança e de toda a sociedade.

Apenas pode atuar como agente infiltrado os servidores públicos, sendo proibida a autorização de particulares para a realização de infiltração em organizações criminosas.

A legislação não contemplou as condutas típicas que podem ser praticadas pelo agente infiltrado durante o exercício de suas atividades, deixando uma grande lacuna na lei 9.034/95 em relação ao tipo de responsabilidade penal que deve ser aplicada a esses profissionais.

Portanto, se o agente infiltrado se encontrar em situações difíceis e vier a praticar algum delito, poderá não ser responsabilizado penalmente por suas condutas, verificando-se no caso concreto se há a exigibilidade ou não de conduta diversa, e o estrito cumprimento do dever legal porque a sua conduta consistiu numa atividade de risco juridicamente permitida, pelos quais, devem ser cuidadosamente analisados de acordo com o princípio da proporcionalidade.

Para uma melhor aplicação da lei do crime organizado, o legislador deverá regulamentar o método investigativo dos agentes infiltrados para a segurança destes, de seus familiares e, também, de todo o ordenamento jurídico, pois é uma operação de grande risco.

## 9. REFERÊNCIAS

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. Tradução de Marçílio Teixeira. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979, p. 82/83.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Teoria Geral do Delito**, 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

BRASIL, Lei nº 9.034, de 03 de maio de 1995. **Dispõe Sobre a utilização de meios para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas**”.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

DA SILVA, Eduardo Araújo. **Crime Organizado. Procedimento probatório**. 1ª ed. São Paulo: Atlas 2003.

DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Saraiva 2002.

DOTTI, René Ariel. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FILHO, Jayme José de Souza. **Investigação Criminal à luz da lei 9.034/95. A atuação de agentes infiltrados e suas repercussões penais**. Acesso em 10.07.07. Disponível em [www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol\\_02/ANO1\\_VOL\\_2\\_07.pdf](http://www.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol_02/ANO1_VOL_2_07.pdf) -

FRANÇA, Ronaldo. **Revista Veja**, edição 1990, ano 40, n. 01 de 10 de janeiro de 2007.

GONCALVES, Joanival Brito. **A atividade de inteligência no combate ao crime organizado: O caso do Brasil**. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br)

GOMES, Luiz Flávio. **Crime Organizado-enfoque criminológico jurídico- lei 9.034/95-e político criminal**. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais 1997.

GUIMARAES, Isaac Sabbá. **O agente infiltrado na investigação das associações criminosas**. Disponível em <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2894>>. Acesso em 24.05.07.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**. Parte Geral, 3ª ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2003.

JESUS, Damásio de. **Elementos de Direito Penal**. Parte Geral, 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

JESUS, Damásio de; BECHARA, Fábio Ramazzini. **Agente Infiltrado: reflexos penais e processuais**. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, março de 2005. Disponível em: [www.damasio.com.br](http://www.damasio.com.br)

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos acadêmicos: A facilidade em desenvolvê-los**. Rolim de Moura/RO: D press Editora & Gráfica Ltda ME, 2007.

LINHARES, Juliana. **Revista VEJA**, 19 de julho de 2006, edição 1965, ano 39, n. 28.

MARQUES, José Frederico. **Tratado de Direito Penal**, volume 2, Millenium: 1997.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Crime Organizado. Aspectos Gerais e Mecanismos Legais**. 2ª ed, São Paulo: Jurídico Atlas 2007.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. 20ª ed. Revisada e atualizada, São Paulo: Atlas 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas**. 1 ed, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Atividades de Inteligência e processo penal**. Acesso em 10.05.07. Disponível em [www.militar.com.br/modules.php?name=Juridico&file=display&jid=123](http://www.militar.com.br/modules.php?name=Juridico&file=display&jid=123).

RENTAS, relatório. **O tráfico de animais silvestres**. Acesso em 10.06.07. Disponível em [http://www.rentas.org.br/pt/trafico/rel\\_rentas.asp](http://www.rentas.org.br/pt/trafico/rel_rentas.asp).

**Relatório das atividades da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados no ano de 2003**. Acesso em 10.06.07. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/relatorios/RelatAtiv2003.html/?searchterm=CPI%20da%20Biopirataria>

ROCHA, Luiz Otávio de Oliveira. **Agente Infiltrado: Inovação da Lei 10.217/2001**. Disponível em [www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas](http://www.esmp.sp.gov.br/publicacoes/revistas). Acesso em 10.07.07

ROESLER, Átila da Rold. **A falácia do combate ao crime organizado**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5214>. Acesso em : 24.05.07.

SIQUEIRA, Élio Wanderley Filho. **Repressão ao Crime Organizado- Inovações da Lei n. 9.034/95**. Curitiba: Juruá, 1995.

TOURINHO, José Lafaieti Barbosa. **A infiltração de agentes em quadrilhas ou bandos, organizações ou associações criminosas**. Acesso em 10.07.07. Disponível em [www.jus.com.br](http://www.jus.com.br).

ZAFFARONI, Raul Eugênio. **Manual de Direito Penal Brasileiro V. 1. Parte Geral**. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.